



SATA INTERNACIONAL

2010

RELATÓRIO E CONTAS



Índice

Corpos sociais.....	3
Mensagem do Presidente	4
Visão, Missão e Valores.....	6
Responsabilidade Social	7
Apoios institucionais e patrocínios	7
Sociedade	8
Enquadramento Macro Económico	10
Caracterização do sector do transporte aéreo	13
Desenvolvimento Sustentável.....	15
Quality e Safety das Operações	17
Actividade Operacional	18
Marketing & Vendas.....	26
Revenue Management	28
Recursos Humanos.....	29
Operações de Voo	32
Manutenção de Aeronaves	33
Sistemas de Informação	34
Análise Económico-Financeira	37
Aplicação de Resultados.....	42
Demonstrações Financeiras	43
Anexo às demonstrações financeiras.....	49
Certificação Legal de Contas	87
Relatório de Auditoria.....	91
Relatório e Parecer do Fiscal Único.....	93

CORPOS SOCIAIS

Assembleia-Geral

Presidente:

Dr. Miguel de Oliveira Rodrigues Cymbron

Secretários:

Dra. Maria Alexandra Celorico Pacheco Vieira

Conselho de Administração

Presidente:

Prof. Doutor António José Vasconcelos Franco Gomes de Menezes

Vogais:

Dra. Luísa Maria Estrela Rego Miranda Schanderl

Dr. Luís Filipe Soares Borges da Silveira

Fiscal Único:

Dr. Albino Jacinto (ROC Efectivo nº 527)

– NIF: 108 166 740

Suplente:

Cruz das Neves & Silva Cardoso, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, NIF:
512 028 966, representada por João Herberto Silva Cardoso (ROC Nº 532)

MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2010 foi um ano muito difícil para o sector da aviação e para a SATA, não só pela conjuntura macroeconómica Europeia, em geral, e pela situação da economia Nacional, em particular, bem como pela ocorrência de episódios atípicos que assolaram o sector, como o encerramento do espaço aéreo Europeu, em consequência das duas crises das cinzas vulcânicas.

Todavia, há que realçar a concretização de projectos que fazem com que o ano de 2010 seja um ano histórico na longa e rica vida empresarial do Grupo SATA.

O ano de 2010 foi o ano em que a SATA Air Açores concretizou, no timing previsto, no orçamento anunciado, em segurança, o projecto de renovação integral da sua frota.

Com a entrada ao serviço dos quatro Bombardier Q400 NextGen, a SATA Air Açores ganhou novo fôlego para as próximas décadas e será, provavelmente, a companhia área regional da Europa com a frota mais jovem.

A nova frota permitiu melhorar sobremaneira os nossos índices de fiabilidade operacionais e introduziu, para ganho dos nossos passageiros e tripulantes, níveis de conforto e segurança ímpares, que advêm do facto dos Bombardier Q400 NextGen serem turbo-hélices de última geração, que garantem uma “jet-like-experience”.

A nova frota da SATA Air Açores garante maior capacidade de transporte de passageiros e de carga, aliada à redução do impacto ambiental da nossa actividade. As Ilhas da Coesão beneficiarão do serviço proporcionado de modo mais fiável pelos Bombardier, em importantes matérias como a questão da carga, com acrescida capacidade de enfrentar as limitações que o nosso clima impõe em algumas épocas do ano.

As características técnicas e operacionais do Q400 NextGen permitiram o lançamento de uma nova rede inter-regiões que liga as Regiões Açores-Madeira-Canárias-Algarve, que tem recebido interessante aceitação do mercado.

Ainda no âmbito da renovação da frota, destaque para a operação de financiamento que teve o apoio do Banco Europeu de Investimento (BEI). Este apoio foi muito significativo, não só pelas condições excepcionais do próprio financiamento, bem como pelo carácter de confiança e de solidificação da aposta que a SATA fez na frota Bombardier. É o prestígio da SATA que sai

reforçado. As condições de financiamento contratadas com o BEI garantem uma vantagem competitiva durante os próximos anos em matéria económico-financeira.

No final do primeiro trimestre concluímos, com sucesso, o processo de migração do sistema de DCS SITA para o AMADEUS ALTEA. Um sistema muito mais orientado para a satisfação das necessidades dos nossos clientes e que permitiu reduzir os nossos custos operacionais.

O ano de 2010 fica ainda marcado pelo crescimento a contraciclo de 4,6% no número de passageiros transportados, ao mesmo tempo que registou um crescimento de 4,3 pontos percentuais no Load Factor (lugares utilizados face à capacidade do avião), passando de 70,2% para 74,5%.

Em termos de rotas, destaque para as operadas pela SATA Internacional, nomeadamente, para o Canadá e Estados Unidos da América, onde se registaram crescimentos de 11,9 e de 19,5%, respectivamente, naqueles estratégicos mercados emissores.

Não obstante o evidente crescimento a contraciclo, de onde se destaca o crescimento do load-factor da SATA Internacional, tendo sido, inclusive, ultrapassados recordes históricos em importantes indicadores de produção, a verdade é que o ano de 2010 não trouxe a rendibilidade esperada.

A ocorrência de custos atípicos, como os custos associados às crises das cinzas vulcânicas, a subida do preço do jet-fuel, entre outros factores, fazem com que continuemos, com o afincamento de sempre, a implementar soluções que conducentes à diminuição de custos, fuel e não-fuel, aumento de proveitos, bem como a gestão dinâmica da nossa malha de rotas e parcerias.

Por fim, uma palavra de apreço aos colaboradores do Grupo SATA, que estão de parabéns pela eficaz execução do projecto de renovação da frota da SATA Air Açores, pelo estabelecimento de níveis de produção históricos na SATA Internacional, pela implementação de sofisticados e económicos sistemas estruturantes da nossa actividade como o Amadeus Altea e o Revenue Management PROS, entre muitos outros feitos assinaláveis.

Em particular, uma palavra de especial apreço pela disponibilidade demonstrada pelos nossos colaboradores aquando dos episódios das cinzas vulcânicas. Ao prejuízo económico não se somou um prejuízo de imagem; pelo contrário, a SATA mereceu elogios na imprensa um pouco por toda a parte, inclusive em mercados exigentes como nos EUA, por ter sido flexível e atenta para com os seus passageiros. Será com esta atitude, de sentimento de pertença à Companhia e respeito para com o passageiro que continuamos a crescer no nosso exigente sector.

VISÃO, MISSÃO E VALORES

O Grupo SATA presta, desde a sua origem, um serviço de transporte aéreo, com todas as actividades que lhe estão ligadas, tendo como objectivo final garantir que os clientes se deslocam e transportam os seus bens em perfeitas condições de segurança. Trazer a cada dia, o Mundo aos Açores e levar os Açores ao resto do Mundo, é um lema e uma missão a cumprir.

Trilhar o caminho da sustentabilidade significa, para esta empresa, construir um futuro equilibrado e duradouro, justo e sustentável, assente nas mais contemporâneas e responsáveis práticas de gestão, com foco na excelência de desempenho, em todas as suas áreas de actuação. Deste modo, as políticas de responsabilidade social, de segurança, de saúde e de ambiente constituem pilares fundamentais sobre os quais o Grupo SATA alicerça a sua actuação e dá corpo à sua ambição.

Visão: Mais fortes e mais competitivos num mundo exigente e global; capazes de construir uma companhia aérea de referência que se afirma no mundo da aviação comercial internacional e conquista, de forma gradual e consistente, a sua quota de mercado e a notoriedade da sua marca. Uma companhia aérea do Atlântico, onde se cultiva o rigor e o profissionalismo; onde se encontra um serviço cuidado, simples, mas atento; onde se acolhe cada cliente de forma amável e disponível; onde se cultiva o respeito pelo planeta numa perspectiva de total apreço pelo bem-estar das populações nas gerações vindouras.

Missão: Desenvolver de modo sustentado toda a actividade de transporte aéreo relacionado com os Açores, através de uma operação com vocação atlântica assente num serviço fiável, hospitaleiro e inovador.

Valores: A SATA, e todas as empresas que constituem o Grupo SATA, valorizam a reputação de ser uma companhia de referência dos Açores, assente nos Valores da Fiabilidade, Inovação e Simpatia.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Apoios institucionais e patrocínios

O Grupo SATA tem assumido um dedicado compromisso no que respeita ao apoio a entidades e iniciativas ligadas à solidariedade social, à cultura, ao desporto e à promoção turística da Região Autónoma dos Açores. Empenhada, há mais de meio século, em atenuar os efeitos da insularidade, a SATA tem activamente procurado reflectir a sua imagem e os seus valores corporativos numa atenta política de apoios institucionais e patrocínios.

As entidades e iniciativas intrinsecamente ligadas à solidariedade social merecem especial atenção por parte da SATA. Nos Açores, o projecto “Nariz Vermelho”, dedicado à animação e entretenimento de crianças hospitalizadas, recebeu apoio para a vinda aos Açores de membros sediados no Continente Português. Foram ainda disponibilizados lugares em voos com tarifas grátis e com descontos especiais ao Grupo de Amigos da Pediatria do Hospital do Divino Espírito Santo (GAP) e à Liga dos Amigos do referido hospital para o transporte de doentes e técnicos de saúde. Durante o corrente ano, foram ainda meritórios do apoio da SATA os participantes do programa “Saudades dos Açores”, uma iniciativa da Direcção Regional das Comunidades que proporciona uma visita aos Açores a emigrantes açorianos, com idade superior a 60 anos, residentes nos Estados Unidos da América e Canadá, que por motivos de carência económica não tenham tido a possibilidade de visitar a Região há mais de 20 anos.

Projectos de âmbito nacional e internacional têm sido igualmente alvo de redobrada atenção. De destacar os apoios concedidos à AMI para a realização das suas missões; à Fundação do Gil para o projecto de alargamento da sua rede de técnicos aos Arquipélagos dos Açores e da Madeira; à Cruz Vermelha Portuguesa; e à *Kids First Fund*, a propósito do *International Online Travel Auction for Kids*, um evento anual de solidariedade social destinado a crianças desfavorecidas em regiões pobres de todo o Mundo, no qual a SATA se juntou às empresas que todos os anos envidam esforços a favor desta nobre causa, como a AirAsia, AirTran, Delta, Martinair, SWISS, Avis ou a Choice Hotels.

Com vista ao fomento da cultura açoriana, o Grupo SATA tem continuado a promover a assinatura de grandes protocolos com entidades de relevo, como o Teatro Micaelense, o Coliseu Micaelense, o Museu Carlos Machado e a Galeria Fonseca Macedo, assim como tem oferecido apoio, de forma pontual, a exposições promovidas pela Academia das Artes dos Açores. Outro projecto merecedor de apoio foi a exposição “Obras de Santa Engrácia – O

Panteão na República”, realizada no Panteão Nacional da República, em que estiveram patentes obras cedidas pela Biblioteca e Arquivo de Ponta Delgada.

Os incentivos ao desporto concentram-se, a cada ano, no SATA Rallye Açores que constitui o maior patrocínio atribuído pela SATA nesta área. Ao longo do ano são, ainda, oferecidas condições especiais nas deslocações do Clube Kairós, o que permite a canalização dos fundos da instituição para os escalões etários mais baixos, relacionados com a reinserção social através da prática desportiva. De destacar, ainda, o patrocínio da SATA a outros eventos desportivos como o campeonato mundial de Surf “Billabong Azores Islands Pro 2010”, o torneio internacional de ténis “Azores Open 12 & Under” ou a participação do Clube Asas de S. Miguel no Campeonato Nacional de Parapente.

A vertente ligada à promoção turística da Região Autónoma dos Açores tem sido uma grande aposta do Grupo SATA, não só pela sua raiz identitária açoriana como pela própria natureza da sua actividade. Neste particular, destacam-se as parcerias com a Direcção Regional de Turismo dos Açores e Associação de Turismo dos Açores na oferta de lugares em voos ou de descontos especiais para a realização de eventos que contribuem sobremaneira para a projecção da Região, como foi o caso da cerimónia “7 Maravilhas de Portugal”, realizada em Ponta Delgada, ou na deslocação de grupos de imprensa nacionais e estrangeiros aos Açores, com vista na publicação de artigos em conceituadas publicações.

Sociedade

O compromisso da SATA para com a sociedade não termina nas suas obrigações de prestação de serviço público ou nos apoios institucionais e patrocínios, uma vez que, ao longo do ano, são realizadas inúmeras acções que envolvem a comunidade.

Todos os anos, concretiza-se o programa “Junho Mês da Criança” que oferece inolvidáveis experiências a crianças dos 5 aos 12 anos. Ao longo do mês de Junho de 2010, a SATA proporcionou, mais uma vez, dias inesquecíveis e repletos de surpreendentes actividades a duas centenas de crianças. Para as visitas aos aviões, sendo eles o Airbus A320 da SATA Internacional e o Bombardier Q200 da SATA Air Açores, foram seleccionadas as Escolas Paroquial do Calhariz de Benfica, no Aeroporto de Lisboa, a B1/JI de S. Vicente Ferreira, no Aeroporto de Ponta Delgada e a B1/PE da Vila de S. Vicente, no Aeroporto da Madeira. As visitas aos aviões foram possíveis pela colaboração entre os funcionários SATA das várias áreas de intervenção, da ANA e Groundforce.

Foram, ainda, seleccionadas três escolas para a concretização de um sonho maior: viajar de avião pela primeira vez. Foram seleccionados três grupos para viajar a bordo da SATA. A Escola EB1/JI Francisco José Medeiros (Aflitos – Fenais da Luz) teve a oportunidade de viajar até Lisboa e passar um dia repleto de actividades no Jardim Zoológico. A Escola PE1 de Serra de Água (Madeira) teve a oportunidade de viajar igualmente até Lisboa, onde as 20 crianças visitaram o Oceanário. Por último, a Associação Terra dos Sonhos foi premiada com uma viagem à Madeira, tendo realizado sonhos (andar de avião, ser assistente de bordo e ver golfinhos e baleias) de crianças com problemas de saúde crónicos e terminais.

Ademais, durante o mês de Dezembro, os colaboradores SATA angariaram bens destinados às crianças da Ajuda de Berço - uma associação sem fins lucrativos que acolhe crianças abandonadas ou em situação de risco - com vista a proporcionar-lhes um Dia de Natal mais feliz. Foram entregues brinquedos, bolas de praia e conjuntos de inverno com gorro e cachecol, assim como bens alimentares que foram expedidos de forma totalmente gratuita, através do Departamento de Carga e Correio da SATA.

ENQUADRAMENTO MACRO ECONÓMICO

Internacional

A actividade económica mundial voltou a expandir em 2010, de forma mais saliente nos países emergentes, sobretudo no bloco asiático. O regresso do crescimento anual para valores positivos assentou nos estímulos proporcionados pelos principais bancos centrais, que mantiveram as taxas de juro historicamente baixas, em função da ausência de pressões inflacionistas, e na retoma do consumo privado em muitas economias.

À semelhança do ano anterior, o bom desempenho dos indicadores económicos permitiu que as estimativas de crescimento para 2010, por parte do Fundo Monetário Internacional (FMI), fossem sucessivamente revistas em alta. O seu World Economic Outlook, datado de Outubro de 2010, aponta para um crescimento da economia mundial de 4.8%. No relatório de Outubro de 2009 estimava um crescimento de apenas 3.1%. O maior crescimento atingido revelou-se, contudo, insuficiente para reduzir o desemprego, o qual permaneceu elevado nas economias desenvolvidas, ao contrário do que sucedeu nas economias emergentes.

O bloco asiático mostrou novamente um comportamento muito positivo. O crescimento da economia japonesa voltou a território de expansão em 2010, impulsionada pelo consumo privado, apesar do ligeiro aumento do desemprego, resultado das medidas de estímulo levadas a cabo quer pelo banco central, quer pelo governo. Ainda relativamente à Ásia, os indicadores económicos da China permaneceram robustos, sobretudo ao nível da actividade doméstica, beneficiando de estímulos e medidas de política monetária, e da manutenção do crescimento da concessão de crédito a ritmo elevado.

Ao contrário do que sucedeu nas economias desenvolvidas, onde as taxas de juro directoras dos bancos centrais permaneceram inalteradas, em muitas economias emergentes foram decretados agravamentos das mesmas, função sobretudo da aceleração da inflação.

União Europeia

Apesar da elevada instabilidade financeira vivida em 2010 na Área Euro, o crescimento económico registado surpreendeu pela positiva. De acordo com o FMI, o crescimento em 2010 terá ascendido a 1.7%, o nível mais forte em três anos.

Esta expansão assentou primordialmente no desempenho da procura doméstica. A Alemanha destacou-se pela positiva, com um crescimento de 3.6%, o ritmo mais forte desde a

reunificação. Pela negativa, sublinhe-se o desempenho das economias periféricas, as quais, à excepção de Portugal, terão registado de novo crescimentos anuais negativos.

Os efeitos da recuperação económica não se fizeram ainda sentir ao nível do mercado de trabalho. A taxa de desemprego aumentou de 8.9% em 2009 para 9.6% em 2010, o nível mais elevado desde 1998.

Também neste aspecto, a Alemanha se destacou pela positiva, já que terminou o ano com a taxa de desemprego no nível mais baixo desde a reunificação.

O nível de inflação na União Europeia, medido pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), registou em 2010 uma taxa de variação média de 2,0%, acima dos 1,0% de 2009. Este comportamento esteve associado maioritariamente ao aumento dos preços dos bens energéticos.

Importa salientar que o ano de 2010 ficou marcado pelo agravamento das tensões no mercado de dívida pública, nomeadamente dos países periféricos da Área Euro. O prémio pago por estes países para se financiarem aumentou significativamente e obrigou ao reforço das medidas de austeridade. Estas variaram entre Estados Membros, mas foi comum o esforço no sentido de uma consolidação mais célere das respectivas finanças públicas, quer através da contenção de despesas, quer de iniciativas visando o reforço de receitas.

Portugal

Em Portugal, a actividade económica em 2010 surpreendeu pela positiva com uma expansão de cerca de 1.4%. Este desempenho resultou do contributo positivo das exportações líquidas, do consumo privado e do consumo público, apesar da forte queda do investimento.

Em termos de comércio externo, sublinhe-se o papel das exportações que, com um crescimento de 9.0%, permitiram superar o efeito negativo resultante do aumento das importações, de apenas 5.0%. Este comportamento esteve associado ao assinalável aumento da procura externa resultante da retoma da economia mundial, tendo-se observado um aumento das novas encomendas provindas do exterior.

Quer o consumo privado, com um crescimento de 1.8%, quer o consumo público, que cresceu 3.2%, contribuíram para o bom desempenho económico, principalmente na primeira metade do ano. Os desafios de redução do défice orçamental e a consequente aprovação de medidas de austeridade induziram um decréscimo do contributo destas componentes para o

crescimento durante o terceiro trimestre, tendo-se observado um agravamento da confiança dos consumidores ao longo do segundo semestre.

Por outro lado, verificou-se uma redução de 5% da Formação Bruta de Capital Fixo, em parte consequência do nível de actividade económica e das perspectivas para a procura interna, bem como do decréscimo do investimento público. A contracção foi mais notória ao nível do investimento em equipamento e em construção.

Quanto à inflação, o IHPC português registou, em 2010, uma taxa de variação média de 1.4%, consequência, sobretudo, do aumento do preço dos bens energéticos e do acréscimo de diversos impostos indirectos, designadamente, o IVA, o ISP e o Imposto sobre o Consumo do Tabaco, ficando contudo 0.2 pontos percentuais abaixo do da Área Euro.

A taxa de desemprego em 2010 permaneceu elevada, tendo inclusive aumentado face ao ano anterior. A taxa de desemprego cifrou-se em 10.9%, sendo a população desempregada de 556 mil indivíduos, o que representa um aumento de 8,9% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O sistema financeiro português continuou a demonstrar resiliência, tendo a sua actividade crescido, apesar das condições adversas ditadas pela crise da dívida soberana. Os efeitos desta sobre o financiamento do sector nos mercados internacionais levaram a um reforço na atracção de recursos de clientes, tendo os Depósitos Totais tido um acréscimo de 7.9%. O Crédito Interno Total, por seu turno, registou um aumento de 8.2%.

CARACTERIZAÇÃO DO SECTOR DO TRANSPORTE AÉREO

O ano de 2010 foi marcado por uma forte recuperação da indústria do transporte aéreo e pelo regresso do sector aos lucros, com um resultado global de cerca de 16 mil milhões de USD. Apesar dos resultados animadores, existiram diferenças significativas entre regiões, nomeadamente entre as economias desenvolvidas e emergentes.

As economias emergentes, em especial nas regiões da Ásia-Pacífico e Médio-Oriente, marcaram um passo de crescimento bastante acelerado, enquanto as transportadoras da Europa foram as que registaram recuperações menos acentuadas. No global, a procura do agregado da indústria cresceu mais de 8% em relação a 2009, com o Médio-Oriente a crescer cerca de 18%, a Ásia-Pacífico 9%, a América do Norte 7%, enquanto a Europa, onde se realiza a maior parte da operação do Grupo SATA, cresceu apenas 5%. Este crescimento foi acompanhado por uma recuperação significativa das *yields* unitárias em todas as regiões.

Para 2011, perspectiva-se mais um ano lucrativo para a indústria, apesar da confiança numa melhoria significativa estar a diminuir, prevendo-se uma redução do lucro para os 9,1 mil milhões de USD. Este *downgrade* face a 2010 deve-se, essencialmente, ao forte aumento do preço dos combustíveis, e a estimativa de redução de rentabilidade seria muito superior, não fossem as revisões em alta do crescimento económico para 2011, associadas a *load-factors* estáveis e elevados. Contudo, o maior risco desta previsão reside num eventual enfraquecimento de algumas economias, pressionadas pelo aumento do preço das *commodities* de pelo endividamento, o que, caso esse cenário se verifique, poderá enfraquecer muito rapidamente os resultados das transportadoras.

Neste contexto de previsão da manutenção do crescimento económico, o segmento de viagens negócios e o transporte de carga será mais robusto que os segmentos mais sensível ao preço que são os das viagens em lazer, sendo as transportadoras de longo curso as mais favorecidas. As diferenças entre regiões vão continuar a verificar-se durante 2011, com um contraste particular entre os mercados domésticos Europeus e o forte tráfego com origem nos denominados “mercados emergentes”.

Ao nível dos preços dos combustíveis, o crescimento económico superior ao esperado aumentou a procura por petróleo, o que tem causado uma forte pressão inflacionista nos preços do *jet fuel*. Os tumultos políticos nos Médio Oriente e Norte de África incrementaram a

pressão nos preços da energia, mas mesmo que o risco geopolítico diminua as perspectivas de crescimento económico, os preços do petróleo deverão continuar a aumentar ao longo do ano. Os preços do *jet kerosene* duplicaram desde o seu ponto mínimo no início de 2009, atingido os 113USD por barril no início de 2011. Tendo em conta que o combustível representa cerca de um quarto do total de custos operacionais, esta duplicação dos preços do *jet fuel*, adicionou 25% aos custos unitários. Apesar disso, no último ano, as tarifas subiram em média cerca de 20%, excluindo as *fuel surcharges*, o que tem permitido contrabalançar os preços dos combustíveis.

Em suma, espera-se que 2011 seja um ano de consolidação de resultados no global da indústria, apesar dos desafios trazidos pelo aumento de custos e dos potenciais riscos associados à manutenção do actual crescimento económico.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O Grupo SATA monitoriza as suas actividades e impactos nas vertentes ambiental, de segurança e saúde no trabalho, tendo por isso definido já em 2009, a seguinte Política Integrada de Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho:

O Grupo SATA, posicionado no mercado de transporte aéreo de passageiros, cargas e correio, e de gestão de aeroportos, entende que a preservação do meio ambiente e a segurança e saúde dos seus colaboradores são princípios base para cimentar os valores SATA: Fiabilidade, Simpatia e Inovação.

Deste modo, o Grupo SATA compromete-se a:

- Melhorar continuamente o desempenho ambiental e a gestão da segurança e saúde no trabalho;
- Minimizar os efeitos negativos decorrentes da actividade global da empresa;
- Investir em meios técnicos e desenvolver processos para atingir uma maior compatibilidade ambiental, minimizar os acidentes de trabalho e prevenir as doenças relacionadas com o trabalho;
- Envolver e formar os colaboradores e seus representantes com o objectivo de os sensibilizar para a importância da adopção de boas práticas ambientais e de trabalho;
- Assegurar o cumprimento da conformidade legal, quer a nível ambiental, quer a nível da segurança e saúde no trabalho.

Optimização do Consumo de JetFuel e Redução das Emissões de CO₂

Dando continuidade aos trabalhos iniciados em 2008 sob a condução da IATA, o projecto *Fuel Efficiency Gap Analysis* ("FEGA") procurou a racionalização do uso de combustível e consequente redução das emissões de CO₂, o projecto *Dynamics Fuel Efficiency* ("DEP") integralmente desenvolvido internamente teve início em 2010.

As áreas de intervenção do projecto DEP, centram-se nas operações de voo e despacho operacional e manutenção e engenharia, através da racionalização do peso a bordo (Cargas de Catering, Redução de Peso de Spares de Manutenção), racionalização do número de tripulantes a bordo em função do Load-Factor, diminuição da utilização do APU, com incremento do recurso a GPU, entre outros.

Integração do avião no Comércio Europeu de Licenças de Emissão de CO₂

No cumprimento da Directiva 2008/101/CE de 19 de Novembro, foram entregues no passado dia 30/03/2011 os relatórios de Emissão de CO₂ e relatórios Tonelada-Kilómetro referentes aos voos incluídos no Comércio Europeu de Licenças de Emissão (“CELE”) para as empresas SATA Internacional e SATA Air Açores, com base na actividade de 2010. Os documentos auditados pelo verificador independente LRQA foram submetidos à Agência Portuguesa do Ambiente (“APA”).

As emissões verificadas para os voos incluídos no CELE totalizaram em 2010, 233.729 ton CO₂ para a SATA Internacional e 352 ton CO₂ no caso da SATA Air Açores.

A SATA Air Açores ficará isenta do CELE em face das emissões verificadas no ano de referência 2010 terem ficado abaixo das 10.000 ton CO₂, limiar para a isenção dos pequenos emitentes.

A atribuição das licenças de emissão para o ano de entrada da aviação do CELE 2012, num total de 212.892.052 ton CO₂, será proporcional aos dados de Ton-km de 2010, reportados pelos diversos operadores.

No caso da SATA Internacional o valor apurado para a atribuição proporcional de licenças de emissão de CO₂, será de 230.570.605 Ton-km, sendo o resultado da distribuição das licenças conhecido a 30/09/2011. Pese embora existam incertezas relativamente à atribuição gratuita e leilão a promover pelas entidades oficiais, o impacto previsto para a SATA Internacional não deverá exceder os 1,3 M€.

QUALITY E SAFETY DAS OPERAÇÕES

Na última década assistiu-se a um esforço de standardização nas práticas e nos procedimentos das Companhias Aéreas. Esse esforço conjunto foi sistematizado em grande parte pelo lado da organização da qualidade operacional em que merece destaque a adopção do QMS, Quality Management System, no qual a SATA também se enquadrou. Os resultados da IOSA, em que nos registamos, demonstraram o alto nível do nosso desempenho e as boas práticas do transporte aéreo que adoptámos. A Qualidade, não é demais insistir, visa a Segurança. Por isso, a IOSA deve ser encarada como uma experiência de sucesso que nos encoraja na transição do QMS para o SMS, Safety Management System. Este SMS pretende atingir a integração de toda a aviação comercial num sistema de gestão da segurança, patrocinado pelas entidades reguladoras e representativas das actividades de transporte aéreo, aeroportuária e de aeronavegação. O referido patrocínio começa na ICAO, passa pela sua organização europeia, a ECAC, é organizado pelo braço operacional desta, a EASA, e deve ser assegurado pelas entidades reguladoras nacionais como, no nosso caso, o INAC. Ainda que esteja em fase de elaboração o plano nacional para aplicação do SMS, estão já em vigor orientações internacionais que nos obrigam a acelerar a nossa preparação para fazermos parte e sermos reconhecidos como cumpridores do SMS. O empenhamento da gestão e dos responsáveis, bem como a boa reparação dos processos, constituirão, como tem sido no caso da IOSA, o segredo para o sucesso. De novo, para fazer parte de um sistema assim ambicioso, temos, como melhor património, o constituído por nós próprios, a nossa iniciativa e a nossa disponibilidade.

ACTIVIDADE OPERACIONAL

O ano 2010 foi marcado por um conjunto de acontecimentos que prejudicaram a actividade de transporte aéreo na Europa, e que também atingiu a SATA Internacional. Assinalam-se as enxurradas na ilha da Madeira, no mês de Fevereiro, com consequências muito negativas na procura turística por esta ilha, o fecho do espaço aéreo europeu, por dois períodos, um em Abril e outro em Maio, devido às cinzas do vulcão da Islândia, condições atmosféricas adversas, especialmente no final do ano, que levaram ao fecho de vários aeroportos, bem como greves, tanto em aeroportos como no controlo de tráfego aéreo.

Foi neste ambiente que a SATA Internacional procurou recuperar o tráfego que havia decaído a partir do segundo semestre de 2008 e durante o ano 2009, em consequência do ciclo económico depressivo que atingiu os mercados americano e europeu.

Apesar da retoma tímida em alguns países, da estagnação da economia nacional e dos eventos que prejudicaram a actividade de transporte aéreo, o esforço da empresa traduziu-se no crescimento de 9% do número de passageiros transportados, bem como no aumento do load-factor em 5 pontos percentuais, comparativamente ao ano anterior.

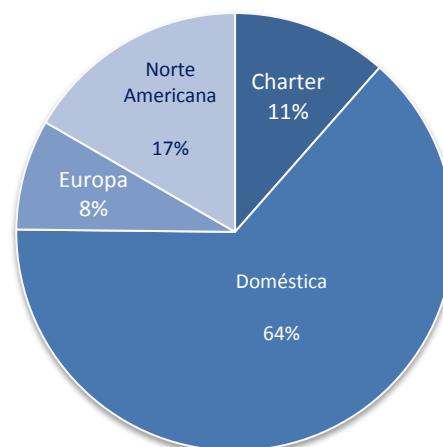
Ano	2009	2010	Varição
Voos Realizados	7.081	7.717	636
Passageiros Transportados	891.983	974.026	82.043
Load-Factor (RPK/ASK)	70,6%	75,40%	4,80%

Quadro nº1 – Comparativo 2009-2010, voos, passageiros e PLF – Global de Rotas

No que respeita à rede da companhia, foram mantidas as mesmas rotas, havendo a assinalar um facto novo: o outsourcing da rota Ponta Delgada - Funchal, que passou a ser operada pela SATA Air Açores em regime ACMI, a partir de 20 de Março de 2010; aproveitando as sinergias intra-grupo SATA, nomeadamente a nova frota Q400 da SATA Air Açores, a SATA Internacional passou a explorar a rota Funchal – Gran Canaria e abriu a rota Funchal - Faro, ambas operadas em regime ACMI.

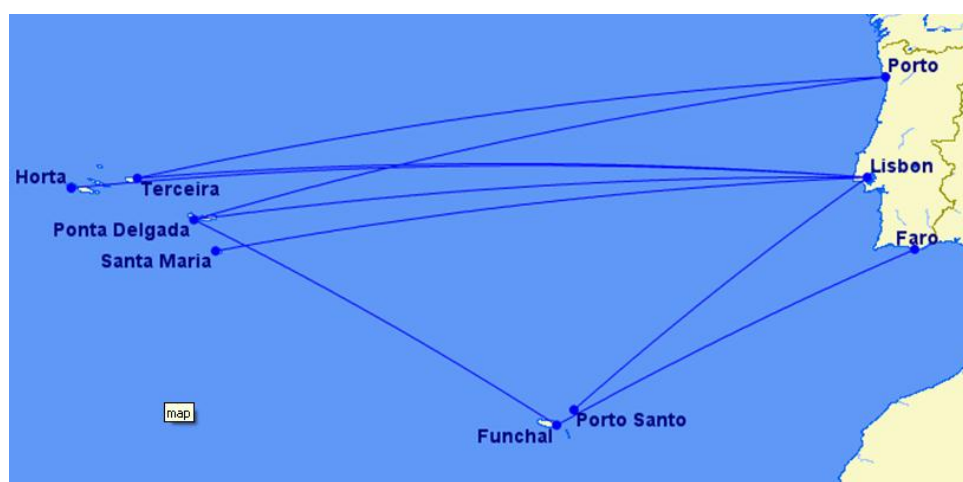
Rede

A rede Doméstica, constituída pelas ligações entre Continente, Açores e Madeira, representou 64% do tráfego de passageiros. Segue-se a América do Norte com um peso relativo de 17%, abrangendo as ligações entre Continente e Açores com os Estados Unidos e Canadá; a rede Europeia com ligações aos Açores e Madeira representou 8% dos passageiros; a operação charter, que inclui Caraíbas, África e Europa, teve um peso relativo de 11% no número de passageiros transportados.



Regular Doméstica

À rede regular doméstica tradicional juntou-se a rota Funchal – Faro, operada no período de Junho a Setembro. De realçar que as rotas Lisboa – Porto Santo e Porto – Terceira também são sazonais, a primeira ocupando a estação de Verão IATA e a segunda o período de Junho a Setembro.



Nas rotas que ligam os Açores ao Continente e à Madeira, em 2010, comparativamente ao ano anterior, a SATA Internacional realizou mais 211 voos, e transportou mais 18.548 passageiros, tendo melhorado o load-factor em 3 pontos percentuais.

Ano	2009	2010	Varição
Voos Realizados	3.198	3.409	211
Passageiros Transportados	427.038	445.586	18.548
Load-Factor (RPK/ASK)	70,20%	73,43%	3,23%

Quadro nº2 – Comparativo 2009-2010, voos, passageiros e PLF – Rotas Domésticas Açores

Nas rotas entre Continente e a Região Autónoma da Madeira, apesar do ambiente concorrencial forte e da situação de desastre natural que afectou a ilha na Madeira, a empresa conseguiu aumentar o número de passageiros transportados (+10%), melhorando também o load-factor em 8 pontos percentuais.

Ano	2009	2010	Varição
Voos Realizados	1.497	1.529	32
Passageiros Transportados	157.224	174.821	17.597
Load-Factor (RPK/ASK)	62,80%	70,81%	8,01%

Quadro nº3 – Comparativo 2009-2010, voos, passageiros e PLF – Rotas Domésticas Madeira

Regular Europa

Com excepção das rotas Funchal – Paris, Dublin, Copenhaga e Estocolmo, que operaram durante todo o ano, as restantes rotas europeias são sazonais.



Fig. nº3 – Rede Europeia da SATA Internacional, ano de 2010

No que respeita às ligações regulares entre os Açores e a Europa, houve um incremento de 46% no número de passageiros transportados, comparativamente ao ano anterior. Este crescimento ficou a dever-se à aposta no mercado da Escandinávia, iniciada no final do ano 2009, com ligações durante o período de Inverno para Copenhaga e Estocolmo e, durante a estação de Verão 2010, para Oslo. O load-factor também registou uma melhoria, aumentando 14 pontos percentuais.

Ano	2009	2010	Varição
Voos Realizados	323	360	37
Passageiros Transportados	22.425	32.750	10.325
Load-Factor (RPK/ASK)	48,80%	63,26%	14,46%

Quadro nº4 – Comparativo 2009-2010, voos, passageiros e PLF – Rotas Europeias Açores

A aposta no mercado da Escandinávia para a Madeira, também iniciada no ano anterior, juntando os mercados tradicionais (Paris, Dublin e Zurique) conduziu ao incremento de 68% no número de passageiros transportados, não obstante uma ligeira degradação do load-factor (-1%), explicado pelo efeito da retracção da procura turística estrangeira pelo destino Madeira, em consequência do mediatismo das enxurradas verificadas na ilha.

Ano	2009	2010	Varição
Voos Realizados	302	626	324
Passageiros Transportados	31.730	53.296	21.566
Load-Factor (RPK/ASK)	64,10%	62,90%	-1,2%

Quadro nº5 – Comparativo 2009-2010, voos, passageiros e PLF – Rotas Europeias Madeira

Norte-americana

A rede da América do Norte, mostrada na figura nº4, é fortemente sazonal, aliás, como a maioria das rotas onde a empresa opera. Apenas as rotas Lisboa – Toronto, Ponta Delgada – Toronto e Ponta Delgada – Boston operam numa base anual. As restantes rotas operam somente durante o Verão IATA. Na época baixa, são realizadas 2 frequências semanais para os Estados Unidos da América e igualmente 2 para o Canadá. Na época alta, a oferta sobe para 9 e 10 frequências semanais, respectivamente nos Estados Unidos e no Canada.

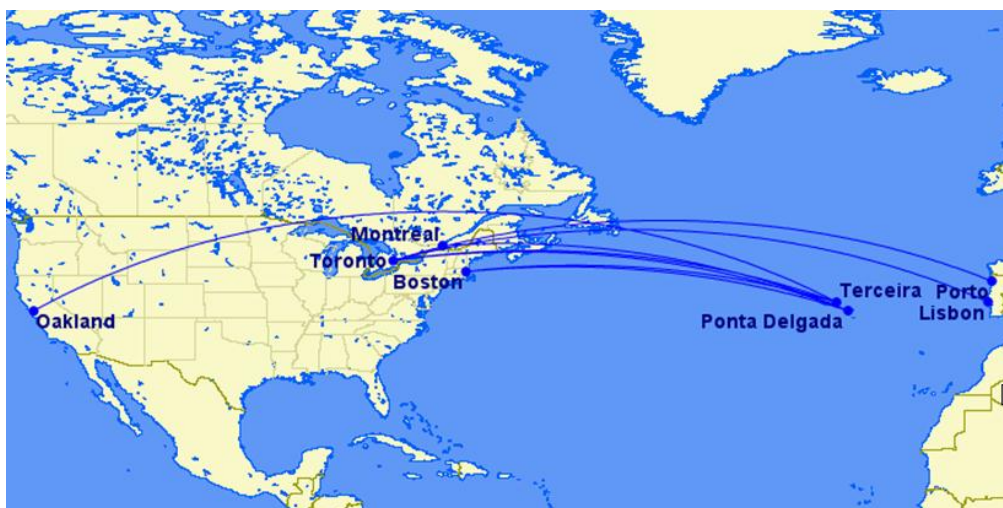


Fig. nº4 – Rede América do Norte da SATA Internacional, ano de 2010

O mercado dos Estados Unidos, que se tinha ressentido da crise económica, com perdas de tráfego para a SATA Internacional em dois anos consecutivos (2008 e 2009), mostrou claros sinais de recuperação, com um incremento de passageiros transportados da ordem dos 20%. Ao mesmo tempo, a adequada gestão da capacidade permitiu melhorar significativamente o load-factor que aumentou 13 pontos percentuais.

Ano	2009	2010	Variação
Voos Realizados	425	468	43
Passageiros Transportados	58.864	70.325	11.461
Load-Factor (RPK/ASK)	69,60%	82,11%	12,51%

Quadro nº6 – Comparativo 2009-2010, voos, passageiros e PLF – Rotas E.U.A.

Contrariamente aos Estados Unidos da América, o mercado do Canadá não se tinha feito ressentir da crise económica internacional, tendo reagido positivamente ao incremento da oferta que a SATA Internacional disponibilizou no ano 2009. Em 2010, a companhia voltou a crescer neste mercado, apresentando uma variação homóloga de 12%, em termos de passageiros transportados. A gestão da capacidade revelou-se igualmente positiva, com o load-factor a subir 6%.

Ano	2009	2010	Variação abs.
Voos Realizados	513	524	11
Passageiros Transportados	76.389	85.448	9.059
Load-Factor (RPK/ASK)	71,30%	77,30%	6,00%

Quadro nº7 – Comparativo 2009-2010, voos, passageiros e PLF – Rotas Canadá

Charter

A actividade charter voltou a registar um decréscimo, com menos 22 voos realizados, correspondendo a menos 6% de passageiros transportados.

Neste mercado, é de assinalar a manutenção das frequências semanais de base anual Lisboa - Punta Cana e Lisboa - Boavista, durante o ano 2010. O destino Sal em Cabo Verde foi descontinuado a partir de Novembro, devido ao excesso de capacidade regular disponibilizada pela concorrência.

Ano	2009	2010	Varição
Voos Realizados	823	801	-22
Passageiros Transportados	118.313	111.800	-6.513
Load-Factor (RPK/ASK)	83,90%	83,99%	0,09%

Quadro nº8 – Comparativo 2009-2010, voos, passageiros e PLF – Charter

Carga e Correio

O tráfego de Carga e Correio registou uma quebra de 5% em 2010 por comparação com o anterior. Dado que o transporte de mercadorias se processa sobretudo dentro do mercado nacional, aponta-se como causa para este decréscimo a situação de retracção económica nacional.

SATA Internacional	2009	2010	Varição
Total de Carga (kg)	6.276.816	5.948.360	-328.456
Total de Correio (kg)	1.726.416	1.703.926	-22.490
Soma	8.003.232	7.638.436	-350.946

Quadro nº9 – Comparativo 2009-2010, Carga e Correio

Frota

A frota na SATA Internacional incluiu quatro Airbus 310-300 e quatro A320-200. As aeronaves A310 realizaram 3.041 voos, com um total de 11.056 block-hours, enquanto a frota A320 realizou 4.308 voos, com a duração de 10.998 block-hours. Estes valores incluem voos de posição, de treino e de experiência.

Ano	2009		2010		2010-2009	
	Tipo de Frota	Voos	Block-hours	Voos	Block-hours	Voos
A310-300	3.208	11.057,14	3.041	11.055,87	-167	-1,27
A320-200	4.074	9.717,00	4.308	10.997,67	234	1.280,67
ACMI SP	0	0,00	537	937,28	537	937,28
Outros ACMI	50	86,10	36	81,70	-14	-4,40
Soma	7.332	20.860,24	7.922	23.072,52	590	2.212,28

Quadro nº10 – Comparativo 2009-2010 - Actividade da Frota

A SATA Internacional subcontratou 537 voos à SATA Air Açores, que somaram 937 block-hours (operação Açores - Madeira – Canárias e Faro).

Os fretamentos para fazer face a situações de imobilização não prevista, totalizaram 36 voos, correspondentes a 82 block-hours.

Em termos comparativos, conforme se pode extrair do quadro nº10, houve um aumento da utilização do A320 em detrimento do A310. Tal diferença é explicada pela imobilização prolongada que um A320 tinha sofrido no ano anterior, obrigando à maior utilização do A310 no médio curso. Em ambas as frotas, o sector médio aumentou em 2010, por comparação com o ano anterior: no A310, passou de 3,45 para 3,64 horas; no A320, passou de 2,39 para 2,55 horas.

SATA Internacional - Indicadores gerais da performance

No quadro seguinte, resumem-se alguns indicadores relativos aos anos 2009 e 2010, os quais ilustram a evolução da actividade operacional.

Tráfego Comercial	2009	2010	Variação
Voos Realizados	7.081	7.717	636
KM percorridos	13.975.493	15.525.524	1.550.031
ASK (milhões)	2.646	2.940	294
RPK (milhões)	1.868	2.215	347
Load-Factor RPK/ASK (%)	70,60%	75,36%	4,8%
ATK (milhões)	360	385	25
TKP (milhões)	193	216	23
Load-Factor TKP/ATK (%)	53,80%	56,17%	2,4%
Pontualidade (%)¹	72,70%	69,50%	-3,2%
Regularidade (%)	99,40%	97,50%	-1,9%

Quadro nº11 – Indicadores de performance 2009-2010

A ligeira degradação dos indicadores de pontualidade e regularidade resulta das situações atípicas vividas no ano 2010, desde os episódios das cinzas vulcânicas até situações de condições atmosféricas adversas e conflitos sociais fora da empresa.

De resto, todos os indicadores são positivos, salientando-se o aumento do load-factor de passageiros em cerca de 5 pontos percentuais.

¹ Contabilizados todos os voos que partiram após 15 minutos do horário programado.

MARKETING & VENDAS

No ano de 2010 prosseguimos o nosso trabalho aprofundando os guias da nossa acção que já vinham de anos anteriores:

- Inovação de processos e serviços;
- Consolidação da relação com parceiros do sector;
- Procura de novos segmentos de mercado;
- Incremento da nossa agressividade comercial.

No ano que passou a área de Customer Experience Management centrou-se no desenvolvimento de serviços e criação de produtos que consubstanciam mais um passo na constante procura da inovação e qualidade do serviço prestado aos nossos clientes.

Web check-in e novos serviços a bordo – Extra Seat, Extra Leg Room e Last Minute Upgrade para Classe Executiva foram algumas das inovações introduzidas em 2010.

De salientar todo o empenho da equipa de Gestão de Reclamações e Sugestões no tratamento e resposta a Clientes, sobretudo face a crises como o encerramento do espaço aéreo por força da crise vulcânica na Islândia, que incrementou de maneira significativa o volume de trabalho desta equipa.

No que ao Programa do Passageiro Frequente SATA IMAGINE diz respeito, o 2010 foi o ano da sua consolidação como um importante elo de ligação entre a SATA e o consumidor final. Atingimos um maior número de transacções fruto do aumento e diversificação de parcerias bem como da realização de inúmeras campanhas dirigidas aos Clientes IMAGINE.

No que diz respeito a força de vendas, tanto a Rede de Lojas como o Website registaram um aumento da procura, com destaque para um crescimento de 70,20% das nossas vendas online face a 2009.

A forte aposta neste canal de venda com a reestruturação do *site*, tornando-o mais rápido e intuitivo, quer no processo de busca, quer no processo de compra, bem como a introdução de novos serviços como o pagamento por multibanco, códigos promocionais e *Web check-in*, foi determinante para o alcance desta marca, reconhecida com a atribuição do prémio “*Agility Award*” ao nosso site pela multinacional portuguesa *OutSystems*.

De modo a otimizar a gestão da nossa Rede de Agentes, foi implementado em 2010 o CRM – Customer Relationship Management, permitindo agora o registo e acesso a todas as transacções realizadas entre as empresas SATA e agentes de viagens.

A esta implementação juntaram-se, sensivelmente na mesma altura, o Portal dos Agentes e um módulo de gestão dos grupos. Todos estes desenvolvimentos serviram para consolidar a nossa relação com os agentes de viagens e operadores, que foi também favorecida pelo reforço das nossas actividades de promoção.

REVENUE MANAGEMENT

Em 2010, foram consolidados os processos de gestão de receita implementados no ano anterior, dos quais destacamos a implementação de uma aplicação de gestão de grupos e a automatização gradual da gestão das rotas europeias.

Prosseguimos o desenvolvimento do relacionamento com outras companhias aéreas, através do estabelecimento de acordos comerciais e parcerias, merecendo especial destaque o alargamento do code-share com a TAP Portugal e os acordos de Interline com a Malev Hungarian Airlines, a Czech Airlines CSA e a Aeroflot.

Ao nível da Gestão Tarifária, reestruturamos e simplificamos as tarifas, assegurando uma análise constante da concorrência. Tirando partido dos acordos de Interline, passamos a oferecer novos destinos na Europa, contribuindo para a competitividade da companhia e para a melhoria da acessibilidade aérea aos Açores.

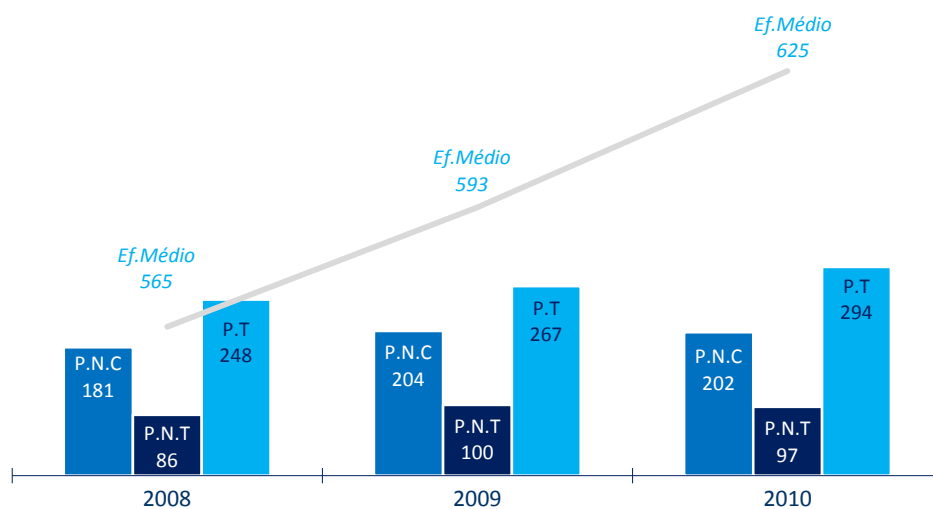
Em resposta às alterações do comportamento da procura, devido à conjuntura económica adversa e às acções da concorrência, bem como à concorrência de outros destinos na Europa, América Central e América do Sul, respondemos com a criação de novos produtos tarifários (preço e regulamentação).

Neste contexto exigente, revimos, com rigor, a segmentação da procura, garantimos a qualidade dos inputs (dados históricos do comportamento da procura) e influenciámos os respectivos outputs (limites de aceitação por subclasse ou produto tarifário), resultando numa melhoria dos modelos de estimativa da procura e na optimização da receita dos voos.

Assim, através de uma gestão mais dinâmica do binómio preço/espço e de uma política comercial agressiva, foi possível melhorar a produtividade da maioria das rotas.

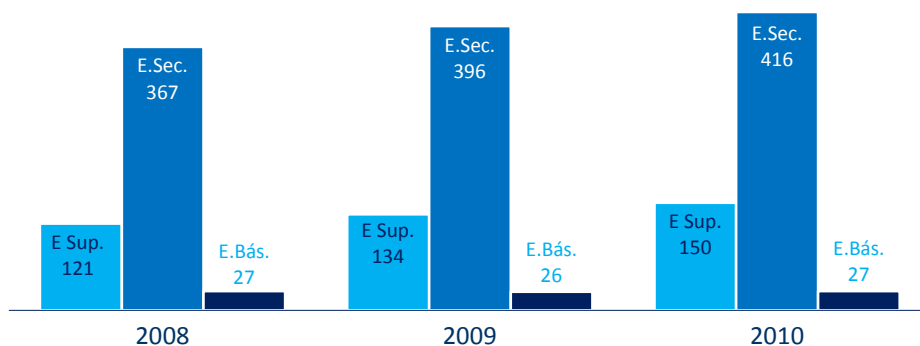
RECURSOS HUMANOS

...Garantir que os nossos Recursos cresçam de forma orientada, consolidando conhecimentos, otimizando desempenhos, satisfazendo mais e melhor os nossos clientes...



Os Nossos Recursos

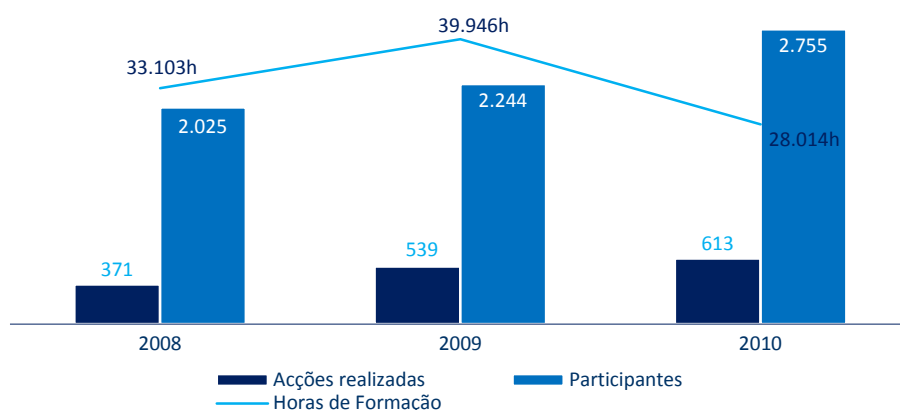
A SATA Internacional, a 31 de Dezembro de 2010, integrava nos seus quadros 593 trabalhadores, mais 4% que no ano anterior, sendo que 49,6% são Pessoal de Terra (294) e 50,4% Pessoal Navegante (202 de Cabine e 97 Técnico), sendo 25,30% dos mesmos Licenciados.



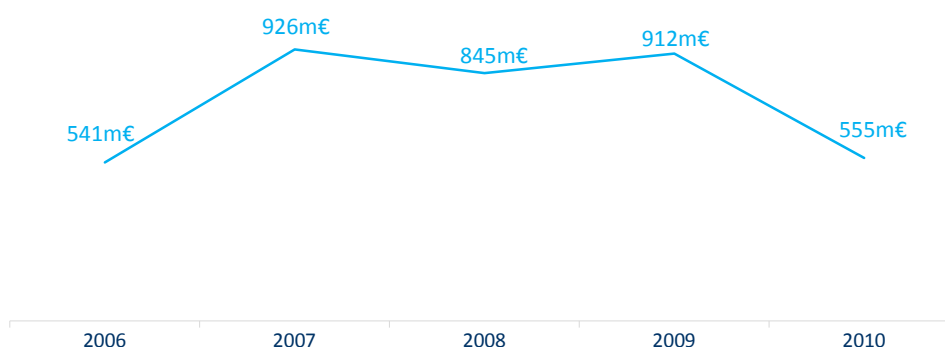
Formação Profissional

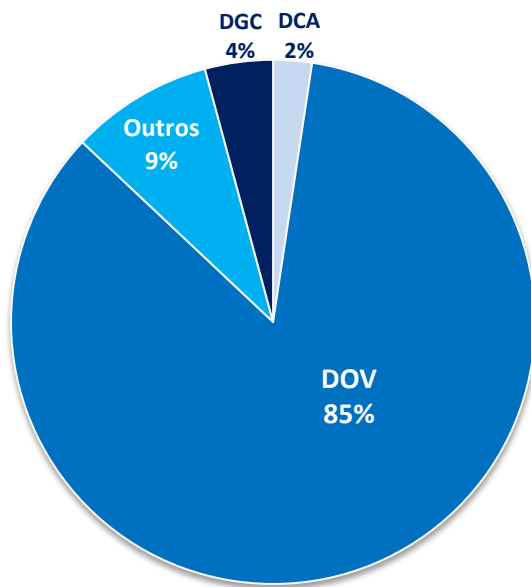
...Assegurar os elevados padrões de qualidade, rigor e segurança...

É reconhecida à formação profissional a importância essencial e estratégica, enquanto espaço privilegiado para a aquisição e desenvolvimento de conhecimentos.



Perfazendo um volume de 28.014 horas de formação, em 2010, a empresa formou 2.755 pessoas (mais 23% do que em 2009), realizando, para o efeito, 613 acções de formação (um aumento de 14% face a 2009). Apesar deste aumento, denota-se uma redução de 39% nos custos com formação que totalizaram em 2010 o valor de 555.482,40€.





em formação inicial de 17.920,59 €.

É nas Operações de Voo (DOV), na Direcção Geral Comercial (DGC) e na Direcção de Continuidade da Aeronavegabilidade (DCA) que o Plano de Formação atinge maior expressão, com 470.141€, 23.293€ e 13.249€, respectivamente, valores justificados sobretudo no esforço contínuo na formação obrigatória, com o objectivo de cumprir com os requisitos legais exigidos, bem como pela necessidade de formar pessoal para a época alta.

A empresa formou 8 novos Tripulantes de Cabine, o que representou um investimento em formação inicial de cerca de 4.442,40 €, e 23 novos Empregados Comerciais, o que totalizou um custo

OPERAÇÕES DE VOO

Do diagnóstico efectuado às Operações de Voo resultaram as seguintes linhas de actuação, tendo sido definido como prazo de implementação o curto e médio prazo, ou seja, no máximo um ano:

1. Introdução de algumas alterações funcionais na estrutura da DOV, relativas às funções de Planeamento e Gestão de Tripulações, Adjuntos de Frota, Publicações, Arquivo e ainda Coordenação da Operação, em articulação com as demais áreas da empresa envolvidas nestes processos;
2. Optimização na operação da S4, tendo sido criado um grupo de trabalho com esse objectivo específico, com vista à redução de custos da operação, sendo de realçar os seguintes ganhos potenciais de poupança, numa primeira fase, e que originaram a criação do importante Projecto “Dynamic Efficiency Project”:
 - Procedimentos de voo, para optimização do consumo de fuel, à semelhança do que tem vindo a ser introduzido pela indústria: single engine taxi-in, APU, Takeoff e landing configuration, Packs off takeoff, variação do cost index e extra fuel, estimando-se os ganhos em:
 - Frota A310 – USD \$545.000
 - Frota A320 – USD \$465.000
 - Análise dos planos de carregamento, com a criação de pantrycodes ajustados às necessidades e implementação de “double catering”: Catering – USD \$323.000.
 - Análise do refueling das aeronaves, implementação de duas lavagens de motores anuais na vez de uma e instalação de kits de “spares” em vários aeroportos, para evitar o transporte permanente nas aeronaves e o consequente gasto de combustível associado ao seu peso: Manutenção – USD \$157.000;
 - Utilização racional de tripulantes de cabine, associado ao “loadfactor” previsto para os diferentes voos, retirando um tripulante sempre que o voo tiver um “loadfactor” inferior a 70%: Utilização de tripulantes – USD \$37.000.

A implementação deste programa de optimização de consumo de fuel na operação S4, permitirá ganhos no mínimo de 1.5MUSD, dependendo da cotação do fuel, constituindo um ponto de partida na identificação de áreas de optimização que continuarão a ser implementadas durante o ano de 2011.

MANUTENÇÃO DE AERONAVES

2010 foi mais um ano de consolidação da actividade da Manutenção no seio do Grupo SATA.

Foi cumprido com sucesso o Plano de Manutenção definido para as Frotas A-310 e A-320, no âmbito do qual se destacam os seguintes eventos:

Inspeções “C”:

- CS-TGV (C13 + 5 YEARS + 18.000 FC),
- CS-TKN (C6),
- CS-TKL (C3),
- CS-TKK (C3),
- CS-TKJ (C8 + 6/12 YEARS)

Motores e APU:

- CS-TKJ (S/N 731990),
- CS-TGV (S/N 695490),
- CS-TGU (S/N 695506)

Pintura “Implementação de Nova Imagem”:

- CS TKK,
- CS-TKL,
- CS-TKJ
- CS-TKN

Manutenção de Linha

No que respeita à actividade de Manutenção de Linha, foi assegurada a assistência às aeronaves SATA em Lisboa, através das inspeções de trânsito, 36 Horas e 8 dias, bem como o acompanhamento técnico das aeronaves SATA em voos charters e outras operações, cuja escala ou destino não possuem manutenção local certificada, garantindo assim a integridade e segurança da totalidade da operação SATA Internacional.

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Ao querermos resumir numa frase a actividade dos Sistemas de Informação SATA durante o ano de 2010 facilmente podemos afirmar que: O ano de 2010 foi fortemente marcado pela inovação na SATA sendo a sua melhor expressão encontrada em projectos como o Amadeus Altéa, o *site* internet (www.SATA.pt) e a adopção de metodologias e ferramentas de desenvolvimento *Agile*.

A adopção de *Agile* como modo de “actuar” nos projectos de desenvolvimento interno foi uma aposta estratégica dos Sistemas de Informação que pode ser considerada claramente tida como ganha, tendo permitido suportar as múltiplas iniciativas de desenvolvimento interno de um modo perfeitamente alinhado com as necessidades do negócio e com a garantia do seu envolvimento.

Projectos Estratégicos

Amadeus Altéa | Projecto com forte impacto na capacidade de entrega de **valor para cliente**, tendo sido desenvolvido em torno do conceito de **Customer Centricity**. Solução com o **melhor “Value for Money”** do mercado que permitiu um tremendo **aumento a nível funcional**, obter **redução de custos** em termos de investimentos directos e custo de posse da solução, passando a **integrar uma vasta comunidade** de companhias aéreas.

Site Internet | Projecto que passou **pela renovação integral do site** de vendas na Internet e que de imediato **permitiu duplicar as vendas directas** neste canal. Este projecto permitiu a introdução de múltiplas inovações sendo de destacar o suporte à venda de bilhetes para clientes residentes nos Açores, pagamento via Multibanco, gestão de campanhas, suporte a códigos de promoção e disponibilização de serviços complementares.

O back-office do site foi desenvolvido de acordo com uma metodologia *Agile*, tendo sido **galardoado com um prémio (Agility Award)** pela empresa OutSystems.

Revenue Management | Projecto que visa directamente a maximização da receita (**ganhos entre 3% a 7%**) através de uma gestão baseada em modelos matemáticos de estimativa de procura / oferta e que permite uma gestão automatizada de inventário (lugares disponibilizados por classe de reserva / valor bilhete). Resultou na implementação de 3 produtos: Passenger Revenue Management Solution, Groups Revenue Management Solution e Network Revenue Planning Solution.

Portal Colaborador (My SATA) | Projecto que tem como objectivo dotar a SATA de uma intranet centrada no colaborador. O desenvolvimento deste projecto garante o acesso facilitado à informação e suporte / automação de processos associados ao colaborador, funcionando como canal de comunicação privilegiado.

SGO-K | Projecto de visou dotar os aeródromos geridos pela SATA com uma **solução de gestão integrada** de informação operacional e que permitiu um elevado grau de automatização de processos – abrange toda a informação desde o planeamento dos voos até aos ecrãs de informação.

A aposta em desenvolver esta solução *in-house* traduziu-se para a SATA numa **poupança muito significativa** em termos financeiros, podendo ser reutilizada noutros aeroportos.

Web Check-In | Solução integrada na estratégia de *Self Service Check-In* e que visa permitir o check-in via Internet.

Mobile Check-In | Solução integrada na estratégia de *Self Service Check-In* que visa permitir o check-in via telemóvel. Este projecto encontra-se em curso e estima ser disponibilizado aos clientes no decorrer do 1º trimestre de 2011.

Mobile Boarding Pass | Solução integrada na estratégia de *Self Service Check-In* que visa permitir a entrega do cartão de embarque via telemóvel. Este projecto encontra-se em curso e estima ser disponibilizado aos clientes no decorrer do 1º trimestre de 2011.

SATA LookUp | Lançamento de aplicações (*apps*) dedicadas às plataformas móveis iPhone e com base em Android, bem como desenvolvimento de uma página web adaptada à utilização em telemóvel. Encontra-se já em curso o desenvolvimento de uma 2ª versão destas aplicações com a introdução de novas funcionalidades e suporte às línguas portuguesa e inglesa.

Projectos Chave

CRM Rede Agentes | Aplicação para gestão de relações com os agentes de viagem.

SGBL | Aplicação para gestão integrada de *Blended Learning*.

XRT | Aplicação para gestão de tesouraria e bancos.

OutSystems | Plataforma de desenvolvimento *Agile*.

Gravação de Chamadas | Aplicação para habilitar a gravação de chamadas para os Call Centers – solução de *compliance*.

QMSys | Aplicação desenvolvida *in-house* para gestão de processos de qualidade.

Gestão Listas Segurança | Aplicação desenvolvida *in-house* para gestão das listas de segurança dos voos relativos ao mercado canadiano.

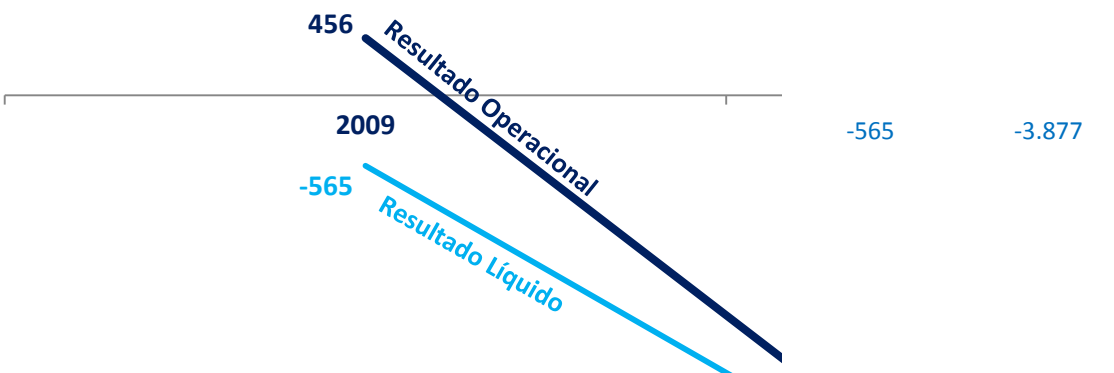
Gestão ACARS | Aplicação desenvolvida *in-house* para gestão de mensagens ACARS com mecanismo de alarme integrado.

Gestão Info Bombardier Q400 | Aplicação desenvolvida *in-house* para gestão de informação relativa aos equipamentos da frota Bombardier Dash Q400.

Análise Económico-Financeira

Evolução de Resultados obtidos em 2009-2010 (milhares de euros)

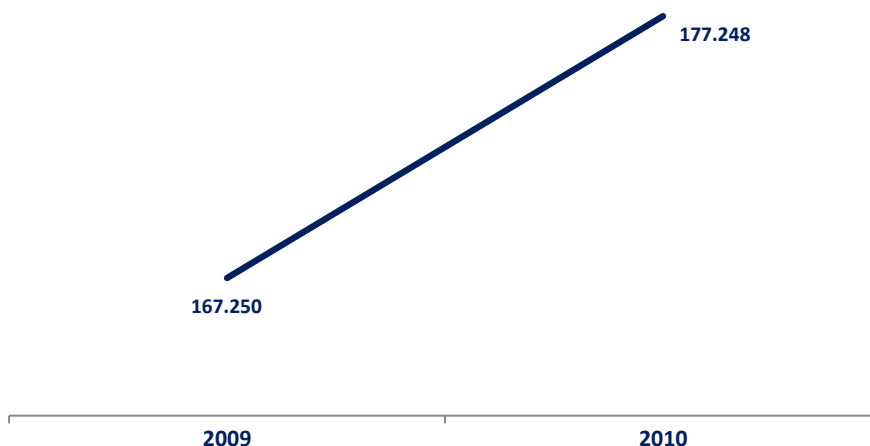
Resultados 2009-2010		
Unidade: mEuros (mil Euros)	2009	2010
Rendimentos operacionais	167.250	177.248
Gastos operacionais	166.794	181.227
Resultados operacionais	456	-3.979
Act. Financiamento (Ganhos/Perdas)	-86	-166
Resultados Antes de Impostos	371	-4.145
Imp. Rend. Exercício	-935	267
Resultado líquido do exercício	-565	-3.877



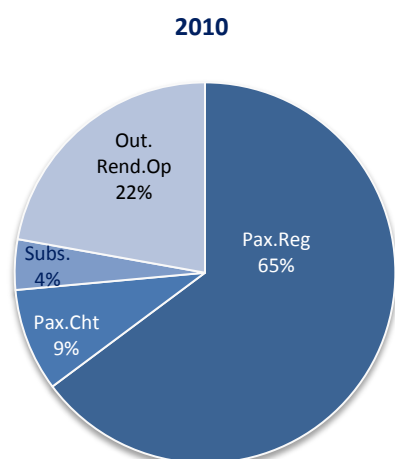
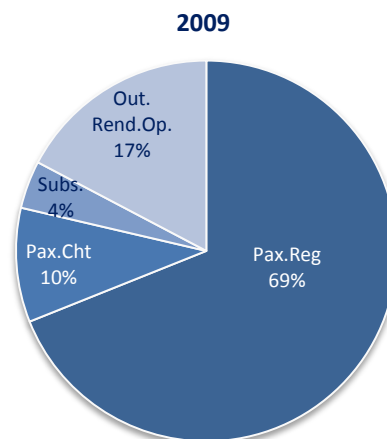
Year	Resultado Operacional	Resultado Líquido
2009	456	-565
2010	-3.979	-3.877

Custos e Proveitos Operacionais		
Unidade: mEuros (mil Euros)	2009	2010
Transp. Reg. PAX	115.310	114.861
Transp. Ch. PAX	16.227	15.508
Subsídios	6.793	7.577
Outros Rend. e Ganhos	28.921	39.301
Rendimentos Operacionais	167.250	177.248
FSE	126.263	139.905
Gastos c/ Pessoal	27.294	29.429
Outros Gastos e Perdas	13.237	11.893
Gastos Operacionais	166.794	181.227
Res. Operac. Antes de gastos de financ. e imp.	456	-3.979

Rendimentos Operacionais (mEur)



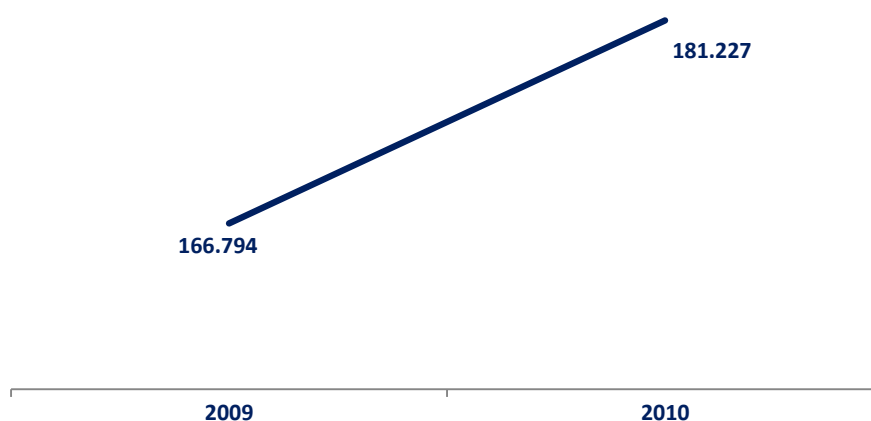
Apesar da conjuntura menos favorável, o volume de Rendimentos Operacionais da SATA Internacional apresentou um crescimento na ordem dos 10 milhões de euros, no qual se salienta o incremento de 7,6 milhões de euros na receita proveniente da cobrança de taxa de combustível.



Apesar de, em valores absolutos, terem sido transportados mais passageiros, os efeitos negativos da conjuntura nacional e internacional aliados a uma nova estrutura tarifária tiveram um impacto negativo no desenvolvimento dos rendimentos derivados do transporte de passageiros, carga e correio.

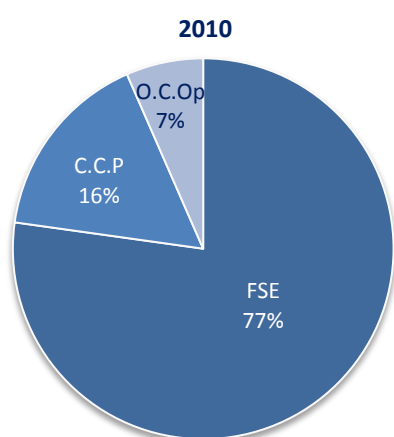
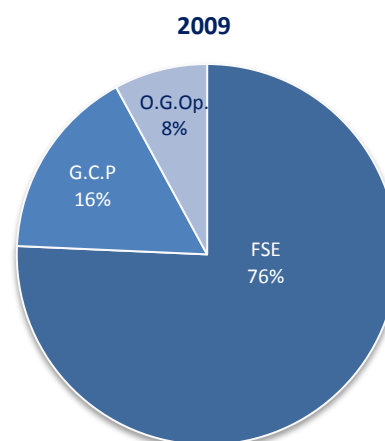
A estrutura de rendimentos manteve-se relativamente inalterada face ao ano de 2009, onde se salienta apenas o incremento nos Outros Rendimentos e Ganhos, em grande parte justificado pelo crescimento da taxa de combustível, como já referido.

Gastos Operacionais (mEUR)



A estrutura de gastos verificada durante o exercício de 2010 manteve-se praticamente inalterada face ao verificado em 2009.

Em termos absolutos, o crescimento de custos associados a Combustíveis, por força do aumento do preço do Brent é o principal responsável pela alteração da composição da rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos.



Em segundo plano surge um aumento verificado nos gastos com rendas de locação operacional e reservas de manutenção, devido à aeronave CS-TKO, que em 2010 esteve todo o ano na frota SATA, enquanto em 2009 havia estado apenas cerca de 6 meses, explicando assim o aumento dos gastos associados à utilização da aeronave adicional (operacionais da sua actividade e de estrutura PN).

Unidade: mEuros (mil Euros)	2009	2010
EBITDAR	17.581	13.438
Resultado Operacional	456	-3.979
Rendas	10.557	11.610
Amortizações	6.567	5.807

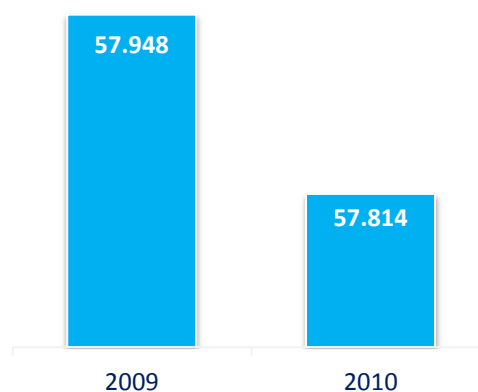
Face ao exercício anterior, os meios libertos de exploração apresentaram um decréscimo justificado sobretudo pela ligeira redução dos resultados operacionais face ao registado no período anterior.

Activo, Capital Próprio e Situação Financeira

Activo Líquido (mEUR)

O valor do Activo Líquido mantém-se praticamente inalterável entre estes dois períodos.

Analisando a sua composição, as rubricas com variações significativas, foram os Activos Fixos Tangíveis, com um crescimento de 2,2M de euros, fruto de capitalizações de grandes intervenções de manutenção realizadas na frota A-310, e ainda Outras Contas a Receber que aumenta 2,8M de euros, por força do crescimento das dívidas da ILFC (valores de manutenção e de cauções relativas a contratos de locação operacional) e das Empresas do Grupo, ATA pelos protocolos de incentivo a novas rotas, em especial operação Escandinávia.



Estrutura Financeira

Estrutura Financeira	2009	2010
Solvabilidade	18,63%	61,93%
Endividamento	42,33%	52,29%
Autonomia financeira	57,67%	47,71%

Os indicadores de Solvabilidade e Endividamento melhoram de forma interessante, através das alterações verificadas em Capital Próprio e Passivo.

A incorporação dos Resultados Líquidos de 2010 nos Capitais Próprios vem reduzir o valor do rácio de autonomia financeira pelo impacto negativo desta variável nos capitais permanentes com exigência superior a 1 ano face ao valor do Activo Líquido da empresa.

Indicadores de Rendibilidade

Rendibilidade	2009	2010
Rendibilidade Operacional	0,27%	-2,24%
Rendibilidade dos Capitais Próprios	-6,20%	-17,64%
Rendibilidade do Activo	-0,97%	-6,75%

Os indicadores de Rendibilidade face a 2009 reflectem o comportamento verificado nos Resultados Operacionais e Líquidos da Empresa, apesar do crescimento verificado a nível de Capitais Próprios.

A nível operacional, apesar do aumento dos Rendimentos e Ganhos Operacionais a redução do Resultado Operacional faz recuar o valor do indicador de Rendibilidade 2 p.p. por força do crescimento das rubricas de F.S.E., nomeadamente, Combustíveis, Reservas de Manutenção e Rendas e Alugueres referentes às novas operações adicionadas com a nova aeronave.

APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos das disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração da SATA Internacional declara que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante na documentação de prestação de contas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da SATA Internacional, e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Empresa.

Nos termos das disposições em vigor, propõe-se que o Resultado Líquido dos Exercício - negativo de 3.877.407,49 euros – seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

Ponta Delgada, 22 de Março 2011

O Conselho de Administração

António José Vasconcelos Franco Gomes de Menezes
(Presidente)

Luisa Maria Estrela Rego Miranda Schanderl
(Administradora)

Isabel Maria dos Santos Barata
(Administradora)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

SATA Internacional - Serviços e Transportes Aéreos, S.A.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	31 Dezembro 2010	31 Dezembro 2009
ACTIVO NÃO CORRENTE:			
Activos fixos tangíveis	6	13.375.125	11.169.408
Activos intangíveis	8	262.198	254.473
Activos por impostos diferidos	9	3.651.916	3.336.163
Total do activo não corrente		17.289.239	14.760.044
ACTIVO CORRENTE:			
Inventários	10	566.579	555.952
Clientes	11	6.783.278	10.705.707
Adiantamentos a fornecedores	11	368.368	557.517
Estados e outros entes públicos	12	125.560	208.071
Outras contas a receber	11	29.253.473	26.787.240
Diferimentos	13	1.205.940	1.977.324
Outros activos financeiros	11	-	685.035
Caixa e depósitos bancários	4	1.881.600	1.710.867
Total do activo corrente		40.184.798	43.187.713
Total do activo		57.474.037	57.947.757

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2010.

SATA Internacional - Serviços e Transportes Aéreos, S.A.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em Euros)

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Notas	31 Dezembro 2010	31 Dezembro 2009
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital realizado	14	5.000.000	5.000.000
Outros instrumentos de capital próprio	14	34.574.469	17.446.294
Reservas legais	14	491.622	491.622
Outras reservas		329.178	329.178
Resultados transitados		(14.339.708)	(13.775.131)
Outras variações no capital próprio	14	(196.159)	173.901
		<u>25.859.402</u>	<u>9.665.864</u>
Resultado líquido do exercício	14	(3.877.407)	(564.577)
Total do capital próprio		<u>21.981.995</u>	<u>9.101.287</u>
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões	15	1.900.963	2.481.575
Financiamentos obtidos	7	3.540.149	4.577.334
Passivos por impostos diferidos	9	-	130.157
Accionistas	26	-	17.128.175
Total do passivo não corrente		<u>5.441.112</u>	<u>24.317.241</u>
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	16	8.825.626	6.775.117
Adiantamentos de clientes	17	138.985	260.089
Estado e outros entes públicos	12	875.002	813.812
Accionistas	26	12.064.264	4.415.793
Financiamentos obtidos	7	1.038.704	1.038.230
Documentos pendentes de voo	3.12	1.479.043	3.614.167
Diferimentos	18	433.531	626.038
Outras contas a pagar	17	4.953.604	6.515.641
Outros passivos financeiros	16	242.171	470.342
Total do passivo corrente		<u>30.050.930</u>	<u>24.529.229</u>
Total do passivo		<u>35.492.042</u>	<u>48.846.470</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u>57.474.037</u>	<u>57.947.757</u>

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2010.

O Técnico Oficial de Contas

António Jorge Ferreira da Silva

O Conselho de Administração

António José Vasconcelos Franco Gomes de Menezes
(Presidente)

Luisa Maria Estrela Rego Miranda Schanderl
(Administradora)

Isabel Maria dos Santos Barata
(Administradora)

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em Euros)

Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa mãe								
Notas	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total
Posição no início do exercício de 2009								
	5.000.000	17.446.294	491.622	329.178	(8.995.892)	-	(4.779.239)	9.491.963
Primeira adopção de novo referencial contabilístico	2	-	-	-	-	173.901	323.169	497.070
Aplicação de resultados do exercício findo em 2008	14	-	-	-	(4.779.239)	-	4.779.239	-
	<u>5.000.000</u>	<u>17.446.294</u>	<u>491.622</u>	<u>329.178</u>	<u>(13.775.131)</u>	<u>173.901</u>	<u>323.169</u>	<u>9.989.033</u>
Alterações no exercício:								
	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício de 2009								
						-	(887.746)	(887.746)
Resultado integral								
						173.901	(564.577)	(390.676)
Operações com detentores de capital no período								
Realizações de capital			-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão								-
Distribuições								-
Entradas para cobertura de perdas								-
Outras operações								-
	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição no fim do exercício de 2009								
	<u>5.000.000</u>	<u>17.446.294</u>	<u>491.622</u>	<u>329.178</u>	<u>(13.775.131)</u>	<u>173.901</u>	<u>(564.577)</u>	<u>9.101.287</u>
Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa mãe								
Notas	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total
Posição no início do exercício de 2010								
	5.000.000	17.446.294	491.622	329.178	(13.775.131)	173.901	(564.577)	9.101.287
Aplicação de resultados do exercício findo em 2009	14	-	-	-	(564.577)	-	564.577	-
	<u>5.000.000</u>	<u>17.446.294</u>	<u>491.622</u>	<u>329.178</u>	<u>(14.339.708)</u>	<u>173.901</u>	<u>-</u>	<u>9.101.287</u>
Alterações no exercício:								
Ajustamentos a instrumentos financeiros de cobertura	14	-	-	-	-	(370.060)	-	(370.060)
	-	-	-	-	-	(370.060)	-	(370.060)
Resultado líquido do exercício de 2010								
						-	(3.877.407)	(3.877.407)
Resultado integral								
						(370.060)	(3.877.407)	(4.247.467)
Operações com detentores de capital no período								
Realizações de capital	28							
Realizações de prémios de emissão	28							
Distribuições								
Realização de prestações suplementares	14	-	17.128.175	-	-	-	-	17.128.175
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-
	-	17.128.175	-	-	-	-	-	17.128.175
Posição no fim do exercício de 2010								
	<u>5.000.000</u>	<u>34.574.469</u>	<u>491.622</u>	<u>329.178</u>	<u>(14.339.708)</u>	<u>(196.159)</u>	<u>(3.877.407)</u>	<u>21.981.995</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

António Jorge Ferreira da Silva

António José Vasconcelos Franco Gomes de Menezes
(Presidente)

Luisa Maria Estrela Rego Miranda Schanderl
(Administradora)

Isabel Maria dos Santos Barata
(Administradora)

SATA Internacional - Serviços e Transportes Aéreos, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2010	2009
Vendas e serviços prestados	19	160.780.354	146.351.382
Subsídios à exploração	19	7.237.100	6.792.939
Variação nos inventários da produção		-	-
Trabalhos para a própria entidade		-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	(1.047.064)	(1.012.497)
Fornecimentos e serviços externos	20	(139.904.899)	(126.263.311)
Gastos com o pessoal	21	(29.429.415)	(27.294.153)
Imparidade de inventários ((perdas) / reversões)	10	51.564	-
Imparidade de dívidas a receber ((perdas) / reversões)	11	(281.232)	(206.270)
Provisões ((aumentos) / reduções)	15	(791.608)	4.275.259
Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis ((perdas) / reversões)		-	-
Aumentos / (reduções) de justo valor		-	-
Outros rendimentos e ganhos	22	6.699.107	9.830.847
Outros gastos e perdas	23	(3.966.047)	(5.020.976)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(652.140)	7.453.220
(Gastos) / reversões de depreciação e de amortização	24	(5.806.733)	(6.567.273)
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis ((perdas) / reversões)	6	2.479.665	(429.561)
Resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos		(3.979.208)	456.386
Juros e rendimentos similares obtidos	25	4.213	16.878
Juros e gastos similares suportados	25	(169.798)	(102.543)
Resultado antes de impostos		(4.144.793)	370.721
Imposto sobre o rendimento do exercício	9	267.386	(935.298)
Resultado líquido do exercício		(3.877.407)	(564.577)
Resultado por ação básico		(3,877)	(0,565)

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

O Técnico Oficial de Contas

António Jorge Ferreira da Silva

O Conselho de Administração

António José Vasconcelos Franco Gomes de Menezes
(Presidente)

Luisa Maria Estrela Rego Miranda Schanderl
(Administradora)

Isabel Maria dos Santos Barata
(Administradora)

SATA Internacional – Serviços e Transportes Aéreos, S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
 (Montantes expressos em Euros)

	Notas	2010	2009
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		159.000.995	149.243.854
Pagamentos a fornecedores		(138.623.390)	(134.421.281)
Pagamentos ao pessoal		(29.505.553)	(26.789.064)
Caixa gerada pelas operações		(9.127.948)	(11.966.491)
(Pagamento) / recebimento do imposto sobre o rendimento		(125.496)	523.725
Outros recebimentos / (pagamentos)		14.783.196	10.927.764
Fluxos das actividades operacionais [1]		5.529.752	(515.002)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(5.518.572)	(2.193.372)
Activos intangíveis		(120.151)	(285.297)
Investimentos financeiros		(5.638.723)	-
Outros activos		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		748	-
Activos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros activos		-	-
Subsídios ao investimento		-	-
Juros e rendimentos similares		4.213	16.878
Dividendos		4.961	16.878
Fluxos das actividades de investimento [2]		(5.633.762)	(2.461.791)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Coertura de prejuízos		-	-
Subsídios		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(1.036.711)	(984.366)
Juros e gastos similares		(43.494)	(102.898)
Dividendos		-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos das actividades de financiamento [3]		(1.080.205)	(1.087.264)
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		(1.184.215)	(4.064.057)
Efeito das diferenças de câmbio		1.354.948	157.178
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	1.710.867	5.617.746
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	1.881.600	1.710.867

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

António Jorge Ferreira da Silva

António José Vasconcelos Franco Gomes de Menezes
(Presidente)

Lúisa Maria Estrela Rego Miranda Schanderl
(Administradora)

Isabel Maria dos Santos Barata
(Administradora)

SATA Internacional – Serviços e Transportes Aéreos, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2010

(Montantes expressos em Euros)

1. Nota Introdutória

A SATA Internacional – Serviços e Transportes Aéreos, S.A. (“Empresa” ou “SATA Internacional”) foi constituída em 10 de Dezembro de 1990, tendo sido designada por Oceanair – Transportes Aéreos Regionais, S.A. até 20 de Fevereiro de 1998.

A Empresa é uma sociedade anónima, com sede na Avenida Infante D. Henrique, em Ponta Delgada, e que tem por objecto social a exploração da indústria de transporte aéreo comercial regular e não regular, de passageiros e respectiva bagagem, carga e correio.

Em Dezembro de 2007, a Empresa ganhou o concurso relativo à exploração das rotas de serviço público entre o Continente e a Região Autónoma dos Açores e entre esta e a Região Autónoma da Madeira, em regime de code-share com a TAP para o período compreendido entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2008. Subsequentemente, no decurso do mês de Dezembro de 2008, a Empresa ganhou a concessão para o exercício de 2009 e, em Maio de 2009, para o exercício de 2010. Do mesmo modo, a Empresa em Dezembro de 2010 obteve aprovação da candidatura para as mesmas rotas para o período de 19 de Dezembro de 2010 a 18 de Dezembro de 2011.

Em 31 de Dezembro de 2010, a Empresa operava com: (i) três aviões Airbus A310-304, dois dos quais são propriedade da Empresa e um em regime de locação operacional; (ii) um avião Airbus A310-325 em regime de locação financeira; e (iii) mais quatro aviões Airbus A320 em regime de locação operacional.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 22 Março de 2011. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, e que se encontram consignadas, respectivamente, nos avisos 15652/2009, 15655/2009 e 15653/2009, de 27 de Agosto de 2009, os

quais no seu conjunto constituem o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designadas genericamente por “NCRF”.

Até 31 de Dezembro de 2009, a Empresa elaborou, aprovou e publicou, para efeito do cumprimento da legislação comercial vigente, demonstrações financeiras de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal até àquela data, vertidos no Plano Oficial de Contabilidade (“POC”), Directrizes Contabilísticas e demais legislação complementar, os quais foram revogados pelos diplomas acima indicados.

O balanço em 31 de Dezembro de 2009 e as demonstrações dos resultados, dos fluxos de caixa e das alterações do capital próprio, bem como as respectivas notas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, apresentadas para efeitos comparativos, foram ajustados em conformidade com as NCRF. Os ajustamentos registados com efeitos a 1 de Janeiro de 2009, data de transição, foram efectuados de acordo com as disposições da NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro.

O efeito dos ajustamentos relacionados com a adopção das NCRF, reportado a 1 de Janeiro de 2009, foi registado em resultados transitados, conforme estabelecido na NCRF 3. A transição para as NCRF resultou na seguinte alteração nas políticas contabilísticas:

- a. Tendo por base a “NCRF 27 – Instrumentos financeiros”, os instrumentos financeiros de cobertura que sejam elegíveis de acordo com as disposições da NCRF 27 e que respeitem à variabilidade de taxa de juro, do risco cambial, do risco de preços de mercadorias no âmbito de um compromisso ou de uma transacção futura de elevada probabilidade, as alterações no justo valor do instrumento de cobertura deverão ser reconhecidas directamente em capital próprio e, subsequentemente, deverão ser reconhecidas as liquidações periódicas em base líquida. Em 1 de Janeiro de 2009, data da transição, a Empresa não possuía quaisquer instrumentos financeiros de cobertura em aberto. Em 31 de Dezembro de 2009, a Empresa registou em POC uma provisão no montante de 398.974 Euros (e o correspondente imposto diferido activo no montante de 75.805 Euros), relativo às perdas potenciais com os referidos contratos. De acordo com a NCRF 27, os contratos de derivados deverão ser registados ao seu justo valor, independentemente de apresentarem um ganho ou uma perda potencial, pelo que com a adopção deste normativo, a Empresa procedeu à reclassificação da rubrica “Provisões” para a rubrica “Outros passivos financeiros”, do justo valor dos contratos aquela data e, de igual modo, por os mesmos se considerarem instrumentos financeiros de cobertura, o montante líquido de 323.169 Euros foi reclassificado para a rubrica do capital próprio “Outras variações do capital próprio” ao invés de afectar, naquele exercício, a demonstração de resultados. Adicionalmente, para os instrumentos financeiros de cobertura de preços de mercadorias (jet fuel), os quais são contratados pelo accionista SATA Air Açores em nome da Empresa, para fazer face aos consumos a efectuar por esta, a Empresa registou, por contrapartida da rubrica “Outras variações no capital próprio”: (i) o montante de 685.035 Euros na rubrica “Outros activos financeiros”, relativo ao justo valor positivo de tais contratos em aberto naquela data, e o correspondente passivo por imposto diferido, no montante de 130.157 Euros; e (ii) o montante de 71.368 Euros na rubrica “Outros passivos financeiros”, relativo ao justo valor

negativo de tais contratos em aberto naquela data, e o correspondente activo por imposto diferido, no montante de 13.560 Euros.

Reconciliação do capital próprio em 1 de Janeiro de 2009 (data de transição) e em 31 de Dezembro de 2009:

Rubrica	Em 1-1-2009 (data da transição)	Em 31-12-2009 (data do último relato em POC)
Capital próprio de acordo com o anterior referencial contabilístico	9.491.964	8.604.217
Instrumentos de cobertura:		
Efeito na rubrica "Outras variações do capital próprio"	-	173.901
Efeito no resultado líquido do exercício	-	323.169
Capital próprio de acordo com as NCRF	<u>9.491.964</u>	<u>9.101.287</u>

Os efeitos, no balanço em 31 de Dezembro de 2009, derivados da conversão das demonstrações financeiras preparadas de acordo com o POC para as demonstrações financeiras reexpressas em conformidade com as NCRF, detalham-se como se segue:

ACTIVO	31.12.2009				
	POC	Ajustamentos de conversão para as NCRF	Reclassificações de conversão para as NCRF		
		Registo de instrumentos de cobertura	Perda no valor residual de equipamentos		Outros
ACTIVO NÃO CORRENTE					
Activos fixos tangíveis	14.019.016	-	(2.849.608)	-	11.169.408
Activos intangíveis	254.473	-	-	-	254.473
Activos por impostos diferidos	3.322.603	13.560	-	-	3.336.163
	<u>17.596.092</u>	<u>13.560</u>	<u>(2.849.608)</u>	<u>-</u>	<u>14.760.044</u>
ACTIVO CORRENTE					
Inventários	555.952	-	-	-	555.952
Clientes	10.705.707	-	-	-	10.705.707
Adiantamentos a fornecedores	557.517	-	-	-	557.517
Estados e outros entes públicos	159.071	-	-	49.000	208.071
Outras contas a receber	25.087.894	-	-	1.699.346	26.787.240
Diferimentos	1.977.324	-	-	-	1.977.324
Outros activos financeiros	-	685.035	-	-	685.035
Caixa e depósitos bancários	1.710.867	-	-	-	1.710.867
Empresas do grupo	1.699.346	-	-	(1.699.346)	-
	<u>42.453.678</u>	<u>685.035</u>	<u>-</u>	<u>49.000</u>	<u>43.187.713</u>
Total do activo	<u>60.049.770</u>	<u>698.595</u>	<u>(2.849.608)</u>	<u>49.000</u>	<u>57.947.757</u>

31.12.2009					
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	POC	Ajustamentos de conversão para as NCRF	Reclassificações de conversão para as NCRF		NCRF
		Registo de instrumentos de cobertura	Perda no valor residual de equipamentos	Outros	
Capital Próprio					
Capital realizado	5.000.000	-	-	-	5.000.000
Outros instrumentos de capital próprio	17.446.294	-	-	-	17.446.294
Reservas legais	491.622	-	-	-	491.622
Outras reservas	329.178	-	-	-	329.178
Resultados transitados	(13.775.131)	-	-	-	(13.775.131)
Outras variações no capital próprio	-	173.901	-	-	173.901
Resultado líquido do exercício	(887.746)	323.169	-	-	(564.577)
Total do capital próprio	<u>8.604.217</u>	<u>497.070</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9.101.287</u>
Passivo					
PASSIVO NÃO CORRENTE:					
Provisões	5.730.157	(398.974)	(2.849.608)	-	2.481.575
Financiamentos obtidos	4.577.334	-	-	-	4.577.334
Passivos por impostos diferidos	-	130.157	-	-	130.157
Accionistas	-	-	-	17.128.175	17.128.175
Empresas do grupo	17.128.175	-	-	(17.128.175)	-
	<u>27.435.666</u>	<u>(268.817)</u>	<u>(2.849.608)</u>	<u>-</u>	<u>24.317.241</u>
PASSIVO CORRENTE:					
Fornecedores	6.775.117	-	-	-	6.775.117
Adiantamentos de clientes	260.089	-	-	-	260.089
Estado e outros entes publicos	764.812	-	-	49.000	813.812
Accionistas	-	-	-	4.415.793	4.415.793
Financiamentos obtidos	1.038.230	-	-	-	1.038.230
Outras contas a pagar	6.496.069	-	-	19.571	6.515.640
Documentos pendentes de voo	3.614.167	-	-	-	3.614.167
Diferimentos	626.038	-	-	-	626.038
Outros passivos financeiros	-	470.342	-	-	470.342
Empresas do grupo	4.435.364	-	-	(4.435.364)	-
	<u>24.009.887</u>	<u>470.342</u>	<u>-</u>	<u>49.000</u>	<u>24.529.229</u>
Total do passivo	<u>51.445.553</u>	<u>201.525</u>	<u>(2.849.608)</u>	<u>49.000</u>	<u>48.846.470</u>
Total do capital próprio e do passivo	<u>60.049.770</u>	<u>698.595</u>	<u>(2.849.608)</u>	<u>49.000</u>	<u>57.947.757</u>

No que respeita à coluna “Perdas no valor residual de equipamentos”, em 31 de Dezembro de 2009, a Empresa tinha registado em POC na rubrica “Provisões” o montante de 2.849.608 Euros referente à diferença entre o valor líquido contabilístico das aeronaves e seus componentes e o respectivo valor de mercado. Atendendo à natureza de tal provisão, dado que respeita ao ajustamento de um activo (valor das aeronaves), com a transição para as NCRF foi reclassificada para o activo.

As reclassificações registadas na coluna “Outros” respeitam: (i) à correcta classificação dos saldos com os accionistas e empresas do Grupo SATA, que no anterior normativo estavam registadas nas rubricas de “Empresas do grupo” do activo e passivo; e (ii) à reclassificação para o activo dos pagamentos especiais por conta realizados no ano de 2009, no montante de 49.000 Euros.

Reconciliação do resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009:

	Exercício findo em 31-12-2009 (data do último relato em POC)
De acordo com o anterior referencial contabilístico	(887.746)
Registo de instrumentos de cobertura	398.974
	<u>398.974</u>
Efeito fiscal	<u>(75.805)</u>
Ajustamento total	323.169
De acordo com as NCRF	<u>(564.577)</u>

O efeito na demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 é detalhado como se segue:

RENDIMENTOS E GASTOS	Exercício findo em 31 de Dezembro de 2009							NCRF
	POC	Ajustamentos de conversão para as NCRF		Reclassificações de conversão para as NCRF				
		Registo de instrumentos de cobertura	Perda no valor residual dos equipamentos	Resultados financeiros	Resultados extraordinários	Comissões	Milhas atribuídas	
Vendas e serviços prestados	148.580.159	-	-	(707.261)	-	(1.422.475)	(99.041)	146.351.382
Subsídios à exploração	6.792.939	-	-	-	-	-	-	6.792.939
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(1.012.497)	-	-	-	-	-	-	(1.012.497)
Fornecimentos e serviços externos	(123.005.832)	-	-	(4.679.954)	-	1.422.475	-	(126.263.311)
Gastos com o pessoal	(27.294.153)	-	-	-	-	-	-	(27.294.153)
Imparidades de dívidas a receber ((perdas) / reversões)	(206.270)	-	-	-	-	-	-	(206.270)
Provisões ((aumentos) / reduções)	3.347.683	398.974	429.561	-	-	-	99.041	4.275.259
Outros rendimentos e ganhos	804.683	-	-	8.511.781	514.383	-	-	9.830.847
Outros gastos e perdas	(44.681)	-	-	(4.929.183)	(47.112)	-	-	(5.020.976)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	7.962.031	398.974	429.561	(1.804.617)	467.271	-	-	7.453.220
(Gastos) / reversões de depreciação e de amortização	(6.567.273)	-	-	-	-	-	-	(6.567.273)
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis ((perdas) / reversões)	-	-	(429.561)	-	-	-	-	(429.561)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	1.394.758	398.974	-	(1.804.617)	467.271	-	-	456.386
Juros e rendimentos similares obtidos	8.528.659	-	-	(8.511.781)	-	-	-	16.878
Juros e gastos similares suportados	(10.418.941)	-	-	10.316.398	-	-	-	(102.543)
Resultados extraordinários	471.269	-	-	-	(471.269)	-	-	-
Resultado antes de impostos	(24.255)	398.974	-	-	(3.998)	-	-	370.721
Impostos sobre o rendimento do exercício	(863.491)	(75.805)	-	-	3.998	-	-	(935.298)
Resultado líquido do exercício	<u>(887.746)</u>	<u>323.169</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(564.577)</u>

As principais reclassificações do exercício, respeitam a:

- Perda no valor residual dos equipamentos: o reforço da imparidade para o valor residual dos equipamentos, no montante de, aproximadamente, 430.000 Euros, deverá ser registado na rubrica “Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis ((perdas) / reversões)”, quando no anterior normativo era registado na rubrica “Provisões”.
- Resultados financeiros: (i) reclassificação para “Fornecimentos e serviços externos” do montante de 4.679.974 Euros dos valores do exercício de 2009 relacionados com instrumentos financeiros de cobertura de combustível; (ii) reclassificação para “Vendas e prestações de serviços” dos valores relativos a descontos de pronto pagamento e comissões suportadas com pagamentos por multibanco, nos montantes de 1.623 Euros e 705.638 Euros, respectivamente; e (iii) reclassificação para “Outros gastos e perdas” e “Outros proveitos e ganhos” os montantes relacionados com instrumentos financeiros de cobertura de taxa de câmbio e diferenças cambiais.
- Resultados extraordinários – de acordo com a “NCRF 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras”, uma entidade não deve apresentar itens de rendimento e de gasto como itens extraordinários, quer na face da demonstração dos resultados quer no

anexo, pelo que os mesmos foram reclassificados para as respectivas rubricas de gastos e rendimentos em função da respectiva natureza.

- d) Comissões – respeita a comissões atribuídas aos agentes, pelo volume de vendas, pelo que assumem a forma de descontos de rappel, logo deverão ser deduzidos às prestações de serviços.
- e) Milhas atribuídas – respeita ao reforço da provisão no exercício de 2009 para o programa passageiro frequente “SATA IMAGINE”.

Quanto à demonstração dos fluxos de caixa, com a transição para as NCRF a Empresa passou a elaborar a referida demonstração pelo método directo, quando no anterior normativo a apresentava pelo método indirecto. Os impactos nas actividades anteriormente reportadas pela Empresa, descrevem-se como segue:

	Anterior referencial contabilístico	Efeito da transição para NCRF	NCRF
Fluxos de caixa das actividades operacionais	1.521.464	(2.036.466)	(515.002)
Fluxos de caixa das actividades de investimento	1.151.402	(3.613.193)	(2.461.791)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	<u>(6.736.923)</u>	<u>5.649.659</u>	<u>(1.087.264)</u>
Varição de caixa e seus equivalentes	(4.064.057)	-	(4.064.057)
Efeito das diferenças de câmbio	157.178	-	157.178
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	5.617.746	-	5.617.746
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	<u>1.710.867</u>	<u>-</u>	<u>1.710.867</u>

O efeito da transição para as NCRF, com impacto nas actividades operacionais e de investimento, decorre essencialmente do facto de em POC a Empresa apresentar os ganhos e perdas de operações de cobertura como actividades de investimento, no caso de ter sido gerado um ganho, ou como actividade de financiamento, caso tenha sido gerada uma perda. Com a adopção das NCRF, tais valores passaram a ser registados como actividades operacionais, atendendo ao facto que tais operações respeitam a operações comerciais (risco cambial e risco de preços de jet fuel).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes.

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

3.2 Activos fixos tangíveis

Equipamento de voo

O equipamento de voo, adquirido em estado de uso, encontra-se reflectido no balanço ao custo de aquisição na rubrica “Activos fixos tangíveis – equipamento básico”, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os

activos na localização e condições necessárias para operarem de forma pretendida, deduzido de amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são calculadas sobre o valor de custo de aquisição deduzido do valor residual (10% do custo), segundo o método das quotas constantes e a partir do momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, durante a vida útil remanescente dos aviões.

Bem	Anos de vida útil	Valor residual
Equipamento de voo	3 - 6	10%

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

Atendendo ao facto que os activos fixos relacionados com equipamentos de voo encontram-se componentizados por grandes classes, quando ocorrer uma grande manutenção dos aviões a mesma é registada como activo fixo tangível e amortizada durante o período estimado até à realização da próxima grande manutenção. No caso de a grande manutenção ser antecipada, os valores líquidos contabilísticos da anterior grande manutenção serão anulados, por contrapartida da demonstração de resultados do exercício.

Outros activos fixos tangíveis

Os restantes activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, a partir do momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, sendo determinadas em função da vida útil estimada dos activos, conforme segue:

Bem	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	5 - 18
Equipamento de transporte	5 - 7
Ferramentas e utensílios	5 - 12
Equipamento administrativo	4 - 10
Outros activos tangíveis	3 - 20

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transacção ou a receber e a quantia escriturada do activo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos activos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

A Empresa regista como custo do exercício os encargos a incorrer no futuro com revisões gerais dos aviões em regime de locação operacional, os quais são registados na demonstração de resultados dos exercícios em função das horas voadas por cada avião, no âmbito do contrato de manutenção, em que é estabelecido o pagamento de um montante fixo por hora de vôo efectuada pela aeronave (Nota 15).

3.4 Activos intangíveis

Os activos intangíveis que compreendem, essencialmente, licenças informáticas, encontram-se registados ao custo e são amortizados pelo método das quotas constantes durante um período de três anos.

3.5 Imparidade de activos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respectivos activos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um activo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse activo pertence.

A quantia recuperável do activo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflecta as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do activo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do activo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

3.6 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração de resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados directamente no capital próprio, casos em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da Empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os activos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os activos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses activos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efectuada uma revisão dos activos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

3.7 Inventários

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respectiva diferença. As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas na rubrica de resultados “Perdas por imparidade em inventários” e “Reversões de ajustamentos em inventários”.

O método de custeio dos inventários adoptado pela Empresa consiste no custo médio.

3.8 Activos e passivos financeiros

Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os activos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Ao custo ou custo amortizado

São classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” os activos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efectivo. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do activo ou passivo financeiro.

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes activos e passivos financeiros:

f) Clientes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes activos financeiros não difere do seu valor nominal.

g) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes activos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes activos financeiros não difere do seu valor nominal.

h) Outros activos financeiros

Os outros activos financeiros, que incluem, essencialmente, compensações financeiras de serviço público e contas a receber de empresas grupo, são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade.

As compensações financeiras atribuídas pelo Estado Português para contrapartida das obrigações de serviço público são reconhecidas no período em que se origina o direito às mesmas e registadas na rubrica de subsídios à exploração. Estas compensações financeiras são calculadas de acordo com os contratos de concessão de serviços aéreos regulares entre Ponta Delgada e Lisboa, entre Ponta

Delgada e Porto e entre Ponta Delgada e o Funchal (Nota Introdutória), em função do número de passageiros transportados, residentes nas Regiões Autónomas.

i) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal

j) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efectivo em resultados do exercício ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica de "Financiamentos obtidos".

k) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros, que incluem os instrumentos financeiros derivados que se qualificam como de cobertura, pelo que são registados ao justo valor com as alterações reconhecidas em capital próprio, na rubrica "Outras variações do capital próprio".

Imparidade de activos financeiros

Os activos financeiros classificados na categoria "ao custo ou custo amortizado" são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais activos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objectiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afectados.

Para os activos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do activo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respectiva taxa de juro efectiva original.

Para os activos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do activo e a melhor estimativa do justo valor do activo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica "Perdas por imparidade" no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objectivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica "Reversões de perdas por imparidade". Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

Desreconhecimento de activos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece activos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os activos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os activos financeiros transferidos relativamente aos quais a Empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Os instrumentos financeiros derivados são registados inicialmente pelo seu justo valor na data em que são contratados. Em cada data de relato são mensurados ao justo valor, sendo o correspondente ganho ou perda de remensuração registado de imediato em resultados, salvo se forem instrumentos financeiros designados como instrumentos de cobertura. Quando forem designados como instrumentos de cobertura, o correspondente ganho ou perda de remensuração deve ser registado em resultados quando a posição coberta afectar resultados.

Um instrumento financeiro derivado com um justo valor positivo é reconhecido como um activo financeiro na rubrica “Outros activos financeiros”. Um instrumento financeiro derivado com um justo valor negativo é reconhecido como um passivo na rubrica “Outros passivos financeiros”.

A Empresa designa como instrumento de cobertura instrumentos financeiros derivados, no âmbito de operações de cobertura dos riscos de exposição à variabilidade de taxa de juro, do risco cambial e do risco de preços de mercadorias (jet fuel) no âmbito de um compromisso ou de uma transacção futura de elevada probabilidade, relativo aos contratos por si celebrados directamente ou por intermédio do seu accionista.

Os critérios para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura são os seguintes:

- Adequada documentação da operação de cobertura;
- O risco a cobrir é um dos riscos descritos na NCRF 27 – Instrumentos financeiros;
- É esperado que as alterações no justo valor ou fluxos de caixa do item coberto, atribuíveis ao risco a cobrir, sejam praticamente compensadas pelas alterações no justo valor do instrumento de cobertura.

No início da operação da cobertura, a Empresa documenta a relação entre o instrumento de cobertura e o item coberto, os seus objectivos e estratégia de gestão do risco e a sua avaliação da eficácia do instrumento de cobertura a compensar variações nos justos valores e fluxos de caixa do item coberto.

Cobertura de risco de variabilidade de taxa de juro, risco cambial, risco de preço de mercadorias no âmbito de um compromisso ou de uma transacção futura de elevada probabilidade e risco de investimento líquido numa operação estrangeira

As variações no justo valor dos instrumentos financeiros derivados designados como instrumento de cobertura no âmbito de cobertura de risco de variabilidade de taxa de juro, risco cambial, risco

de preço de mercadorias no âmbito de um compromisso ou de uma transacção futura de elevada probabilidade e risco de investimento líquido numa operação estrangeira são registadas no capital próprio na rubrica “Outras reservas”. Tais ganhos ou perdas registados em “Outras variações no capital próprio” são reclassificados para resultados nos períodos em que o item coberto afectar resultados, sendo apresentados na linha afectada pelo item coberto.

A contabilidade de cobertura é descontinuada quando a Empresa revoga a relação de cobertura, quando o instrumento de cobertura expira, é vendido, ou é exercido, ou quando o instrumento de cobertura deixa de se qualificar para a contabilidade de cobertura. Qualquer montante registado em “Outras variações no capital próprio” apenas é reclassificado para resultados quando a posição coberta afectar resultados. Quando a posição coberta consistir numa transacção futura e não for expectável que a mesma ocorra, qualquer montante registado em “Outras variações no capital próprio” é de imediato reclassificado para resultados.

3.9 Transacções e saldos em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Empresa) são registadas às taxas de câmbio das datas das transacções. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são actualizadas às taxas de câmbio dessa data. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao justo valor denominados em moeda estrangeira são actualizadas às taxas de câmbio das datas em que os respectivos justos valores foram determinados. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são actualizadas.

As diferenças de câmbio resultantes das actualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, foram convertidos para Euros utilizando as taxas câmbio vigentes na data de relato, conforme segue:

	2010	2009
USD	0,7493	0,6946
GBP	1,1609	1,1203
CAD	0,7498	0,6617

3.10 Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a reflectirem a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.11 Programa de passageiro frequente “SATA IMAGINE”

A Empresa segue o procedimento de, em condições definidas e com base nos voos efectuados, atribuir milhas aos clientes aderentes ao programa de fidelização denominado por “SATA IMAGINE”, as quais podem, posteriormente, ser por estes utilizados na realização de voos com condições preferenciais, nomeadamente, tarifas reduzidas. Com base no número de milhas atribuídas e não utilizadas nem caducadas no final de cada exercício, e na valorização unitária atribuída pela entidade gestora deste programa de fidelização, a Empresa regista uma provisão correspondente à estimativa do justo valor das responsabilidades a incorrer com a facilitação destas condições preferenciais aos clientes aderentes.

3.12 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção/serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade;

- A fase de acabamento da transacção/serviço à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

Reconhecimento da receita de transportes

O valor de venda do transporte de passageiros é, no momento da venda, registado como um passivo na rubrica de “Documentos pendentes de vôo”. Quando o transporte é efectuado, o valor de venda é transferido da rubrica de “Documentos pendentes de vôo” para receitas do exercício, se prestado pela Empresa, ou transferido para uma conta a pagar, caso o transporte seja efectuado por outra companhia aérea.

Compensações financeiras obtidas como contrapartida de serviço público

As compensações financeiras atribuídas pelo Estado Português para contrapartida das obrigações de serviço público são reconhecidas no período em que se origina o direito às mesmas e registadas na rubrica de subsídios à exploração. Estas compensações financeiras são calculadas de acordo com os contratos de concessão de serviços aéreos regulares entre Ponta Delgada e Lisboa, entre Ponta Delgada e Porto e entre Ponta Delgada e o Funchal (Nota Introdutória), em função do número de passageiros transportados, residentes nas Regiões Autónomas.

Estas compensações apenas são reconhecidas quando existe uma certeza razoável de que a Empresa cumpre com as condições de atribuição das mesmas e de que estas irão ser recebidas.

3.13 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

3.14 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efectuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- a) Provisões:
- i. A Empresa é uma parte constituinte de alguns processos judiciais em curso, referentes a responsabilidades perante terceiros, para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efectua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para essas mesmas responsabilidades;
 - ii. Relativamente ao programa de fidelização de clientes “SATA IMAGINE”, é constituída uma responsabilidade referente aos encargos estimados com a acumulação de milhas no cartão, na medida que permite ao detentor do mesmo a acumulação de pontos de acordo com as viagens por si efectuadas.
- b) Perdas por imparidade de contas a receber – são calculadas tendo em consideração o risco global de cobrança dos saldos a receber.
- c) Perdas por imparidade de inventários – são calculadas tendo por base a diferença entre o valor de custo e o respectivo valor de realização, nos casos em que este é inferior ao custo na data do balanço.
- d) Perdas por imparidade de equipamento de voo e componentes – anualmente são realizadas análises à diferença entre o valor líquido contabilístico das aeronaves e seus componentes, e o respectivo valor de mercado, no sentido de determinar potenciais perdas de imparidade.
- e) Instrumentos financeiros derivados – os instrumentos financeiros utilizados pela Empresa são avaliados no final do exercício, obtendo-se o valor de mercado dos mesmos.
- f) Comissões – respeitam a comissões pagas a agentes, no final de cada ano, com base no volume de vendas desses agentes, pelo que cabe à Empresa avaliar no final de cada exercício qual a responsabilidade perante terceiros, relativamente a comissões a liquidar no futuro.
- g) Activos por impostos diferidos – Anualmente é realizada a avaliação se as situações geradoras de activos por impostos diferidos, nomeadamente prejuízos fiscais reportáveis, são recuperáveis no futuro. Caso sejam, são registados os respectivos activos por impostos diferidos.

3.15 Especialização de exercícios

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respectivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como activos ou passivos.

3.16 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“non adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4. Fluxos de Caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 têm a seguinte composição:

	2010	2009
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (Nota 11)	1.881.600	1.710.867
	<u>1.881.600</u>	<u>1.710.867</u>

5. Alterações de Políticas Contabilísticas e Correções de Erros

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, com excepção do referido na Nota 2, não ocorreram quaisquer alterações às políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas, nem identificados e corrigidos erros materiais.

6. Activos Fixos Tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2010					Total
	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipam. administ.	Outros activos fixos tangíveis	
Activos						
Saldo inicial	41.551.986	177.242	77.046	867.862	752.104	43.426.240
Aquisições	5.353.434	-	-	67.192	481	5.421.107
Transferências e abates	-	-	-	(6.306)	-	(6.306)
Saldo final	<u>46.905.420</u>	<u>177.242</u>	<u>77.046</u>	<u>928.748</u>	<u>752.585</u>	<u>48.841.041</u>
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade						
Saldo inicial	30.677.168	128.407	77.046	667.065	707.146	32.256.832
Amortizações do exercício (Nota 24)	5.525.266	11.790	-	117.841	39.410	5.694.307
Perdas por imparidade do exercício	(2.479.665)	-	-	-	-	(2.479.665)
Transferências e abates	-	-	-	(5.558)	-	(5.558)
Saldo final	<u>33.722.769</u>	<u>140.197</u>	<u>77.046</u>	<u>779.348</u>	<u>746.556</u>	<u>35.465.916</u>
Activos líquidos	<u>13.182.651</u>	<u>37.045</u>	<u>-</u>	<u>149.400</u>	<u>6.029</u>	<u>13.375.125</u>

	2009					Total
	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipam. administ.	Outros activos fixos tangíveis	
Activos						
Saldo inicial	39.414.698	137.015	77.046	795.189	740.896	41.164.844
Aquisições	2.137.288	40.227	-	81.390	11.208	2.270.113
Transferências e abates	-	-	-	(8.717)	-	(8.717)
Saldo final	41.551.986	177.242	77.046	867.862	752.104	43.426.240
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade						
Saldo inicial	23.886.196	117.163	74.593	600.538	621.049	25.299.539
Amortizações do exercício (Nota 24)	6.361.411	11.244	2.453	75.244	86.097	6.536.449
Perdas por imparidade do exercício	429.561	-	-	-	-	429.561
Transferências e abates	-	-	-	(8.717)	-	(8.717)
Saldo final	30.677.168	128.407	77.046	667.065	707.146	32.256.832
Activos líquidos	10.874.818	48.835	-	200.797	44.958	11.169.408

O aumento da rubrica “Equipamento básico” no exercício de 2010, no montante de 5.353.434 Euros, respeita, essencialmente: (i) à capitalização de grande reparação de dois reactores, das aeronaves A310-304 CS-TGU e A310-304 CS-TGV, nos montantes de, aproximadamente, 1.950.000 Euros e 2.235.000 Euros, respectivamente; e (ii) à realização da inspecção C14 à aeronave A310-304 CS-TGU, no montante de, aproximadamente, 600.000 Euros.

Relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, o aumento de 2.137.288 Euros ocorrido na rubrica “Equipamento básico”, refere-se, essencialmente, à capitalização de valores respeitantes a grandes reparações dos aviões constantes da frota A310, nomeadamente, a reparação de um reactor do A310-304 CS-TKN.

A Empresa tem por política registar perdas de imparidade às aeronaves quando o valor líquido contabilístico no fecho de cada exercício é inferior ao respectivo valor de mercado, pelo que em 31 de Dezembro de 2009 existiam perdas por imparidade registadas no montante de 2.849.608 Euros (429.561 Euros registados no exercício findo naquela data), as quais foram revertidas no exercício de 2010 no montante de 2.479.665 Euros e registadas na rubrica “Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)”, por não se verificar aquela condição.

7. Locações

Em 31 de Dezembro de 2010, a Empresa operava com aviões em regime de locação operacional e financeira nos termos dos contratos que de seguida se descrevem:

O contrato de leasing operacional do avião A320 (CS-TKJ) foi iniciado em 4 de Maio de 2004, e expirou em Maio de 2008, o qual foi prorrogado por mais 3 anos, até Maio de 2010, e posteriormente prorrogado para Maio de 2012. Tal contrato estabelece o pagamento de rendas mensais acrescidas de uma reserva de manutenção por hora de voo, não existindo opção de compra no fim do contrato. Para garantia deste contrato a Empresa efectuou um depósito de caução a favor da ILFC no montante de 540.000 USD (Nota 11).

Em Março de 2004, a Empresa assinou um contrato de aluguer operacional de dois novos aviões A320 (“CS-TKK e CS-TKL”) com a ILFC, para substituição dos dois Boeing da frota existente na altura, que entraram ao serviço da Empresa em Abril de 2005.

No decurso do exercício de 2010, a posição contratual passou do avião A320 CS-TKL passou da ILFC para a Macquarie, tendo o contrato sido prorrogado até Maio de 2013. Para garantia deste contrato, a Empresa efectuou um depósito de caução a favor da Macquarie no montante de 605.000 USD (Nota 11).

Relativamente ao avião CS-TKK, o contratado foi prorrogado até Abril de 2013 pela ILFC, tendo a Empresa efectuado um depósito de caução a favor da ILFC no montante de 600.000 USD (Nota 11).

Em Maio de 2005 a Empresa assinou um contrato de aluguer operacional de um avião A310-304 (CS-TKM”), que expirou em Maio de 2008, o qual foi inicialmente prorrogado até Maio de 2010 e posteriormente até Novembro de 2011 e estabelece o pagamento de rendas mensais acrescidas de uma reserva de manutenção por hora do voo, não existindo opção de compra no fim do contrato. Para garantia deste contrato a Empresa apresentou um depósito de caução a favor da ILFC no montante de 360.000 USD (Nota 11).

Em Maio de 2007 a Empresa adquiriu à Austrian Airlines um Airbus A310-325 (“CS-TKN”), tendo no mesmo momento realizado a venda do activo seguido de relocação com a instituição Totta Leasing, operação que não gerou qualquer ganho / perda para a Empresa. O contrato de locação celebrado com o Totta Leasing tem termo em Maio de 2015, tendo a Empresa registado o mesmo como locação financeira.

Em Maio de 2009 a Empresa assinou um contrato de aluguer operacional de um avião A320 (“CS-TKO”), por um período de seis anos. Para garantia deste contrato a Empresa apresentou um depósito de caução a favor da ILFC no montante de 1.100.000 USD (Nota 11).

Locações Financeiras

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a Empresa é locatária num contrato de locação financeira relacionado com a aeronave A310-304 TKN, o qual se encontra denominado em Euros. Tal bem detido em regime de locação financeira é detalhado conforme segue:

	2010		2009
	Custo	Amortiz./ perdas imp. acumuladas	Quantia escriturada
Equipamento básico	16.910.609	(10.972.096)	9.371.808
	16.910.609	(10.972.096)	9.371.808

Os pagamentos mínimos da locação financeira em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 são detalhados conforme se segue:

	Pagamentos mínimos		Valor presente dos pagamentos mínimos	
	2010	2009	2010	2009
			(Nota 16)	(Nota 16)
Até 1 ano	1.080.736	1.073.116	1.038.704	1.036.712
Entre 1 ano e 5 anos	3.602.298	4.683.034	3.540.148	4.578.853
	<u>4.683.034</u>	<u>5.756.150</u>	<u>4.578.853</u>	<u>5.615.564</u>

No decurso do exercício findo em 2010 efectuados pagamentos no total de 1.073.116 Euros, sendo que tal valor compreende o pagamento de capital e juros.

Loações Operacionais

Os pagamentos mínimos das locações operacionais em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 são detalhados conforme se segue:

	2010			2009	
	Pagamentos mínimos não canceláveis			Euros	
	Montante (USD)			Euros	
	Airbus A310	Airbus A320	Total	Total	Total
Até 1 ano	2.035.000	12.123.000	14.158.000	11.245.699	10.665.583
Entre 1 ano e 5 anos	-	23.239.000	23.239.000	18.458.738	25.853.012
	<u>2.035.000</u>	<u>35.362.000</u>	<u>37.397.000</u>	<u>29.704.437</u>	<u>36.518.595</u>

O gasto relacionado com locações operacionais reconhecido nos exercícios findos em 31 de Dezembro 2010 e 2009 é detalhado conforme se segue:

	Gasto do período	
	2010	2009
	(EUR)	(EUR)
Pagamentos mínimos	10.926.049	9.884.192
	<u>10.926.049</u>	<u>9.884.192</u>

Os montantes acima detalhados respeitam à renda mensal paga pela Empresa aos locadores.

8. Activos Intangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

2010			
	Programas computador	Outros activos intangíveis	Total
Activos			
Saldo inicial	285.297	-	285.297
Aquisições	23.012	97.140	120.151
Saldo final	308.309	97.140	405.448
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade			
Saldo inicial	30.824	-	30.824
Amortizações do exercício (Nota 24)	98.934	13.492	112.426
Saldo final	129.759	13.492	143.250
Activos líquidos	178.550	83.648	262.198
2009			
	Programas computador	Outros activos intangíveis	Total
Activos			
Saldo inicial	-	-	-
Aquisições	285.297	-	285.297
Saldo final	285.297	-	285.297
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade			
Saldo inicial	-	-	-
Amortizações do exercício (Nota 24)	30.824	-	30.824
Saldo final	30.824	-	30.824
Activos líquidos	254.473	-	254.473

O aumento da rubrica “Programas computador” no exercício de 2009 no montante de 285.297 Euros respeita à aquisição de licenças para utilização do software nos pontos de venda da Empresa.

Relativamente aos intangíveis, as respectivas amortizações foram calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas de 3 anos.

9. Impostos sobre o Rendimento

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo

das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2007 a 2010 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010.

A Empresa procede ao reconhecimento do efeito fiscal das diferenças temporárias entre activos e passivos numa base contabilística e fiscal, com base na taxa agregada de imposto de 19% (excepto no que respeita aos prejuízos fiscais, caso em que a taxa utilizada é 17,5%).

Decorrente da promulgação da lei das finanças locais, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2007, a derrama passou a ser calculada, a partir dessa data, com base em 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), quando anteriormente a mesma correspondia a 10% da Colecta de IRC.

Relativamente a esta última alteração, cumpre referir que os efeitos práticos que daí poderão decorrer estão associados ao facto de todos os sujeitos passivos de IRC que apurem lucro tributável não isento, independentemente de, por exemplo, possuírem prejuízos fiscais reportáveis na sua esfera, passarem a estar sujeitos ao pagamento da Derrama e como tal só poderem vir a recuperar esses prejuízos com base numa taxa de 17,5%.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 é detalhado conforme se segue:

	2010	2009
Imposto corrente e ajustamentos:		
Imposto corrente do exercício (Nota 12)	80.000	90.000
Ajustamentos a impostos correntes de períodos anteriores	11.720	(3.998)
	<u>91.720</u>	<u>86.002</u>
Impostos diferidos:		
Impostos diferidos relacionados com a origem/reversão de diferenças temporárias	(359.106)	849.296
Gasto com impostos sobre o rendimento	<u>(267.386)</u>	<u>935.298</u>

	2010	2009
Resultado antes de imposto	(4.144.793)	370.721
Diferenças permanentes:		
Benefícios fiscais	(748.066)	(756.057)
Provisões não aceites fiscalmente	86.649	629.231
Ajustamentos não aceites fiscalmente	(416.264)	(629.232)
Outros	(44.678)	12.207
Diferenças temporárias:		
Provisões não aceites fiscalmente	(668.205)	(4.176.216)
Ajustamentos não aceites fiscalmente	(2.578.668)	(293.763)
Lucro tributável / (Prejuízo fiscal reportável)	<u>(8.514.025)</u>	<u>(4.843.109)</u>
Efeito fiscal do exercício (17,5%)	(1.489.954)	(847.544)
Tributação autónoma	80.000	90.000
Ajustamentos relativos ao imposto de exercícios anteriores	(11.720)	(3.998)
Total	<u><u>(1.421.674)</u></u>	<u><u>(761.542)</u></u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a 27.134.648 Euros e 18.620.623 Euros, respectivamente e detalham-se como segue:

	2010		2009	
	Montante	Data	Montante	Data
Gerados em 2008	13.777.514	31-12-2014	13.777.514	31-12-2014
Gerados em 2009	4.843.109	31-12-2015	4.843.109	31-12-2015
Gerados em 2010	8.514.025	31-12-2014	-	
	<u><u>27.134.648</u></u>		<u><u>18.620.623</u></u>	

No exercício de 2010, a Empresa não procedeu ao registo de activos por impostos diferidos relativos ao prejuízo fiscal gerado no exercício de 2010, por ser entendimento da Administração da Empresa que o mesmo poderá não vir a ser recuperado durante o seu período de reporte (até 31 de Dezembro de 2014). Por outro lado, no exercício de 2010 foi registado o activo por imposto diferido relativo ao prejuízo fiscal reportável de 2009, no montante de 4.843.109 Euros, dado ser entendimento da Administração da Empresa, suportada nas projecções por si realizadas com referência ao fecho do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, que será recuperado durante o período de reporte, nomeadamente através da implementação de um plano de redução de custos, o qual se encontra em curso. Tal activo por imposto diferido não havia sido registado em 31 de Dezembro de 2009, por não existir àquela data, expectativa de recuperação do prejuízo, dentro do período de reporte (até 31 de Dezembro de 2015).

Impostos diferidos

O detalhe dos activos e passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é conforme se segue:

	Activos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	2010	2009	2010	2009
Prejuízos fiscais reportáveis	3.244.570	2.268.558	-	-
Provisões não aceites fiscalmente	285.916	412.875	-	-
Instrumentos financeiros de cobertura	46.012	89.365	-	130.157
Ajustamentos não aceites fiscalmente	75.418	565.365	-	-
	<u>3.651.916</u>	<u>3.336.163</u>	<u>-</u>	<u>130.157</u>

O movimento ocorrido nos activos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foi como se segue:

	2010		2009	
	Activos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Activos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo inicial	3.336.163	130.157	4.096.094	-
Efeito em resultados:				
Prejuízos fiscais reportáveis	976.012	-	-	-
Provisões não aceites fiscalmente	(126.959)	-	(793.481)	-
Ajustamentos não aceites fiscalmente	(489.947)	-	(55.815)	-
	<u>359.106</u>	<u>-</u>	<u>(849.296)</u>	<u>-</u>
Efeito em reservas:				
Instrumentos financeiros derivados	(43.353)	(130.157)	89.365	130.157
	<u>(43.353)</u>	<u>(130.157)</u>	<u>89.365</u>	<u>130.157</u>
Saldo final	<u>3.651.916</u>	<u>-</u>	<u>3.336.163</u>	<u>130.157</u>

10. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

	2010			2009		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Mercadorias	9.897	-	9.897	-	-	-
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	608.871	(52.189)	556.682	659.705	(103.753)	555.952
	<u>618.768</u>	<u>(52.189)</u>	<u>566.579</u>	<u>659.705</u>	<u>(103.753)</u>	<u>555.952</u>

A rubrica “Matérias-primas, subsidiárias e de consumo” que em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 apresentam o valor líquido de imparidade no montante de 556.682 Euros e 555.952 Euros, respectivamente, respeita, essencialmente a materiais consumíveis aquando a realização de voos, nomeadamente para o catering.

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e variação dos inventários de produção

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é detalhado conforme se segue:

	2010			2009		
	MP, subsid.			MP, subsid.		
	Mercadorias	consumo	Total	Mercadorias	consumo	Total
Saldo inicial	-	659.705	659.705	-	716.942	716.942
Compras	9.987	996.140	1.006.127	-	955.260	955.260
Saldo final	(9.987)	(608.871)	(618.858)	-	(659.705)	(659.705)
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	-	1.046.974	1.046.974	-	1.012.497	1.012.497

Perdas por imparidade

A evolução das perdas por imparidade acumuladas de inventários nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é detalhada conforme se segue:

	2010				2009			
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Mercadorias	-	-	-	-	-	-	-	-
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	103.753	-	(51.564)	52.189	103.753	-	-	103.753
	103.753	-	(51.564)	52.189	103.753	-	-	103.753

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, as reversões de imparidade de inventários no montante de 51.564 Euros, foram registadas na demonstração de resultados por naturezas na rubrica “Imparidade de inventários ((perdas) / reversões)”.

11. Activos financeiros

Categorias de activos financeiros

As categorias de activos financeiros em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 são detalhadas conforme se segue:

	2010			2009		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada líquida
ACTIVOS FINANCEIROS						
Disponibilidades:						
Caixa e depósitos bancários (Nota 4)	1.881.600	-	1.881.600	1.710.867	-	1.710.867
	1.881.600	-	1.881.600	1.710.867	-	1.710.867
Activos financeiros ao custo:						
Clientes	7.420.629	(637.351)	6.783.278	11.088.092	(382.385)	10.705.707
Adiantamentos a fornecedores	368.368	-	368.368	557.517	-	557.517
Outras contas a receber	29.253.473	-	29.253.473	26.787.240	-	26.787.240
	37.042.470	(637.351)	36.405.119	38.432.849	(382.385)	38.050.464
Activos financeiros ao justo valor:						
Outros activos financeiros (Nota 27)	-	-	-	685.035	-	685.035
	-	-	-	685.035	-	685.035
	38.924.070	(637.351)	38.286.719	40.828.751	(382.385)	40.446.366

Clientes e outras Contas a Receber

Em 31 de Dezembro de 2010 e em 2009 as contas a receber da Empresa apresentavam a seguinte composição:

	2010			2009		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida
Correntes:						
Clientes	7.420.629	(637.351)	6.783.278	11.088.092	(382.385)	10.705.707
Adiantamentos a fornecedores	368.368	-	368.368	557.517	-	557.517
	<u>7.788.997</u>	<u>(637.351)</u>	<u>7.151.646</u>	<u>11.645.609</u>	<u>(382.385)</u>	<u>11.263.224</u>
Outras contas a receber:						
Direcção Geral do Tesouro						
Voos regulares e reencaminhamentos	18.867.192	-	18.867.192	19.522.259	-	19.522.259
ILFC	3.699.602	-	3.699.602	2.447.136	-	2.447.136
Empresas do grupo (Nota 26)	2.625.308	-	2.625.308	1.699.346	-	1.699.346
ATA - Associação Turismo dos Açores	904.300	-	904.300	450.000	-	450.000
TAP	637.478	-	637.478	250.000	-	250.000
Açoreana Seguros	595.766	-	595.766	1.245.918	-	1.245.918
Macquire (Nota 7)	452.407	-	452.407	-	-	-
IVA Intracomunitário	324.674	-	324.674	259.908	-	259.908
Irving Oil	227.165	-	227.165	-	-	-
IVA Canadá	142.714	-	142.714	61.388	-	61.388
Segurança Social	-	-	-	336.145	-	336.145
Outras	776.867	-	776.867	515.140	-	515.140
	<u>29.253.473</u>	<u>-</u>	<u>29.253.473</u>	<u>26.787.240</u>	<u>-</u>	<u>26.787.240</u>
	<u>37.042.470</u>	<u>(637.351)</u>	<u>36.405.119</u>	<u>38.432.849</u>	<u>(382.385)</u>	<u>38.050.464</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o montante a receber da Direcção Geral do Tesouro tem a seguinte composição:

	2010	2009
Compensações financeiras referentes ao serviço público prestado no exercício de 2010:		
Reencaminhamentos (Nota 19)	3.921.864	-
Voos regulares (Nota 19)	6.760.000	-
Codeshare - TAP	1.346.943	-
	<u>12.028.807</u>	<u>-</u>
Compensações financeiras referentes ao serviço público prestado no exercício de 2009:		
Reencaminhamentos (Nota 19)	2.702.200	4.728.182
Voos regulares (Nota 19)	2.365.270	6.500.000
Codeshare - TAP	1.770.915	1.241.997
	<u>6.838.385</u>	<u>12.470.179</u>
Compensações financeiras referentes ao serviço público prestado no exercício de 2008:		
Reencaminhamentos	-	3.019.614
Voos regulares	-	3.218.241
Codeshare - TAP	-	814.225
	<u>-</u>	<u>7.052.080</u>
	<u>18.867.192</u>	<u>19.522.259</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo a receber da ILFC nos montantes de 3.669.602 Euros e 2.447.136 Euros, respectivamente, compreende: (i) depósitos de caução entregues pela Empresa como garantias dos contratos de leasing operacional, no montante de 2.600.000 USD (1.994.208 Euros) e 3.205.000 USD (2.226.293 Euros), respectivamente; e (ii) valores adiantados pela Empresa referentes a reservas de manutenção, nos montantes de 1.705.394 Euros e 220.843 Euros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo a receber da ATA – Associação do Turismo dos Açores, nos montantes de 904.300 Euros e 450.000 Euros, respectivamente, respeita ao valor pendente de

receber incentivos obtidos daquela instituição para algumas rotas realizadas pela Empresa na Europa, nomeadamente para a Suécia, Dinamarca e Inglaterra (Nota 19).

Em 31 de Dezembro de 2010, o saldo com a TAP no montante de 637.478 Euros respeita a facturas da TAP relacionadas com bilhetes emitidos pela SATA e voados na TAP, que aguardam conferência, para posterior abate de documentos pendentes de voo. Em 31 de Dezembro de 2009, o montante de 250.000 Euros respeita a comissões de 2009 que a Empresa apenas facturou no exercício de 2010.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo a receber da Açoreana Seguros nos montantes de 595.766 Euros e 1.245.918 Euros, respeitam aos custos incorridos pela Empresa com a manutenção realizada na aeronave TKO, após um acidente ao aterrar em Ponta Delgada, os quais encontram-se acordados com a seguradora, tendo sido assinado em 1 de Março de 2011 um acordo para recebimento dos valores em aberto no fecho de 2010.

Em 31 de Dezembro de 2009, a Empresa tinha a receber da Segurança Social o montante de 336.145 Euros relativo a acertos de descontos efectuados a pilotos, tendo sido recebido no decurso do exercício de 2010.

Perdas de Imparidade

A evolução das perdas por imparidade acumuladas de contas a receber nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é detalhada conforme se segue:

	2010					2009				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Clientes	382.385	348.726	(67.494)	(26.266)	637.351	722.560	206.270		(546.445)	382.385
	382.385	348.726	(67.494)	(26.266)	637.351	722.560	206.270	-	(546.445)	382.385

O efeito líquido dos aumentos e reversões nos montantes de 281.232 Euros e 206.270 Euros, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, respectivamente, foi registado na demonstração de resultados por naturezas na rubrica “Imparidade de dívidas a receber ((perdas) / reversões)”.

12. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2010 e em 2009 as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2010		2009	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas				
Pagamentos especiais por conta	98.000	-	49.000	-
Estimativa de imposto (Nota 9)	-	80.000	-	90.000
Retenção na fonte	-	(608)	-	(7.832)
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-	324.036	-	288.609
Imposto sobre o valor acrescentado	27.560	-	159.071	-
Contribuições para a Segurança Social	-	471.574	-	443.035
	<u>125.560</u>	<u>875.002</u>	<u>208.071</u>	<u>813.812</u>

13. Diferimentos Activos

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 as rubricas do activo corrente “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

	2010	2009
Rendas pagas antecipadamente	1.205.699	1.977.324
Outras	241	-
	<u>1.205.941</u>	<u>1.977.324</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o valor registado na rubrica “Rendas pagas antecipadamente” nos montantes de 1.205.699 Euros e 1.977.324 Euros, respectivamente, inclui facturação antecipada da ILFC, entidade locadora das aeronaves em regime de locação operacional, das rendas do exercício de 2011 e 2010, nos montantes 1.125.772 Euros e 1.977.324 Euros, respectivamente.

14. Instrumentos de Capital Próprio

Capital social

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 1.000.000 acções com o valor nominal de 5 Euros cada, e é detido a 100% pela SATA Air Açores – Serviço Açoreano Transporte Aéreo, S.A..

Prestações Suplementares

Por deliberação da Assembleia Geral de 27 de Dezembro de 2001, o accionista único da Empresa efectuou prestações suplementares no montante de 17.446.294 Euros, as quais foram reforçadas no exercício de 2010, com a conversão de suprimentos em prestações suplementares no montante de 17.128.175 Euros, conforme deliberado em Assembleia Geral de 29 de Dezembro de 2010 (Nota 26). As prestações suplementares, de acordo com a legislação em vigor, só podem ser restituídas aos accionistas desde que o capital próprio após a sua restituição não fique inferior à soma do capital e da reserva legal. Em 31 de Dezembro de 2010, as prestações suplementares ascendem a 34.574.469 Euros

Reserva Legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Outras Variações do Capital Próprio

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Outras variações do capital próprio” nos montantes de 196.159 Euros e 173.901 Euros, respectivamente, respeita ao justo valor das posições em aberto dos instrumentos de cobertura contratados naquelas datas, pela Empresa e pelo seu accionista (Nota 2) nos montantes de 242.171 Euros e 214.692 Euros, respectivamente (Nota 27), líquido do efeito fiscal no montante de 46.012 Euros e 40.792 Euros, respectivamente.

Aplicação do Resultado

Por deliberação das Assembleias Gerais da Empresa, realizadas em 30 de Março de 2010 e em 30 de Março de 2009, o resultado líquido negativo dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, no montante de 564.577 Euros (reexpresso de acordo com as NCRF – Nota 2) e 4.779.239 Euros, respectivamente, foram transferidos na totalidade para a rubrica “Resultados transitados”.

Distribuições

De acordo com a legislação vigente em Portugal, os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor através de componentes do capital próprio, incluindo os da sua aplicação através do resultado líquido do exercício, apenas relevam para poderem ser distribuídos aos accionistas quando os elementos ou direitos que lhes deram origem sejam alienados, exercidos, extintos, liquidados ou quando se verifique o seu uso, no caso de activos fixos tangíveis e intangíveis. Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a Empresa não mantém incrementos patrimoniais positivos decorrentes de justo valor.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, com excepção das reservas legais, a Empresa não tem reservas não distribuíveis.

15. Provisões, Passivos Contingentes e Activos Contingentes

A evolução das provisões nos exercícios findos em 31 de Dezembro 2010 e em 2009 é detalhada conforme se segue:

	2010				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Passageiro frequente	998.921	-	(850.000)	-	148.921
Phase out e manutenções dos aviões	1.120.319	270.944	-	(522.220)	869.043
Processos judiciais em curso	362.336	520.664	-	-	883.000
	2.481.575	791.608	(850.000)	(522.220)	1.900.963

	2009				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Passageiro frequente	899.880	99.041	-	-	998.921
Phase out e manutenções dos aviões	1.214.967	104.653	-	(199.302)	1.120.318
Processos judiciais em curso	362.336	-	-	-	362.336
Outras provisões	4.379.912	-	(4.379.912)	-	-
	6.857.095	203.694	(4.379.912)	(199.302)	2.481.575

A rubrica “Passageiro frequente” refere-se aos encargos estimados com a acumulação dos pontos do cartão dos passageiros “SATA IMAGINE”, o qual permite ao detentor do mesmo a acumulação de pontos de acordo com as viagens por si efectuadas. Os aumentos e reversões desta rubrica são registados por contrapartida da rubrica “Vendas e prestações de serviços” (Nota 19).

16. Passivos Financeiros

As categorias de passivos financeiros em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 são detalhadas conforme se segue:

	2010	2009
Passivos financeiros ao custo amortizado:		
Fornecedores	8.825.626	6.775.117
Financiamentos obtidos (Nota 7)	4.578.853	5.615.564
	<u>13.404.479</u>	<u>12.390.681</u>
Passivos financeiros ao justo valor:		
Outros passivos financeiros:		
Instrumentos financeiros de cobertura taxa de juro (Nota 27)	242.171	398.974
Instrumentos financeiros de cobertura de preços de mercadorias (Nota 27)	-	71.368
	<u>242.171</u>	<u>470.342</u>
	<u>13.646.650</u>	<u>12.861.023</u>

17. Adiantamentos de Clientes e Outras Contas a pagar

Em 31 e Dezembro de 2010 e 2009 as rubricas “Adiantamentos de clientes” e “Outras contas a pagar” apresentavam a seguinte composição:

	2010	2009
Adiantamentos de clientes	<u>138.985</u>	<u>260.089</u>
	<u>138.985</u>	<u>260.089</u>
Outras contas a pagar:		
Férias e subsídio de férias	2.898.868	2.975.006
Comissões a pagar a agentes	600.000	606.476
Taxas aeronáuticas	314.828	467.419
Taxa de combustível	146.347	250.480
Fornecedores de investimentos	1.361	98.826
Serviços de manutenção	-	563.534
Transmissões rádio e taxas de espaço aéreo	-	345.020
Outros	992.200	1.208.880
	<u>4.953.604</u>	<u>6.515.641</u>

18. Diferimentos Passivos

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a rubrica do passivo corrente “Diferimentos” nos montantes de 433.531 Euros e 626.038 Euros, respectivamente, respeita a facturação referente a voos charter efectuada por antecipação, cuja receita será reconhecida posteriormente.

19. Rédito

O rédito reconhecido pela Empresa no decurso dos exercícios findos em 31 e Dezembro de 2010 e 2009 é detalhado conforme se segue:

	2010	2009
Vendas e prestações de serviços	160.780.354	146.351.382
Subsídios à exploração	7.237.100	6.792.939
Juros obtidos (Nota 25)	4.213	16.878
	<u>168.021.667</u>	<u>6.809.817</u>

Vendas e Prestações de Serviços

As vendas e prestações de serviços realizadas no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 detalham-se como segue:

	2010	2009
Prestação de serviços:		
Voos regulares		
- Nacionais	59.917.393	68.705.570
- Mercado externo	54.943.893	46.604.691
	<u>114.861.286</u>	<u>115.310.261</u>
Operações charter:		
- Mercado externo	15.508.188	16.226.616
Outros:		
- Taxa de combustível	18.169.815	10.499.094
- Cedência de pessoal	2.298.586	1.716.348
- Comissões	(1.743.278)	(2.129.736)
- Milhas atribuídas (Nota 15)	850.000	(99.041)
- Outros	10.835.757	4.827.840
	<u>160.780.354</u>	<u>146.351.382</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os voos regulares incluem os montantes de 3.781.864 Euros e 4.728.182 Euros (Nota 11), respectivamente, relativos às indemnizações compensatórias referentes a reencaminhamentos.

As comissões nos montantes de 1.653.278 Euros e 2.129.736 Euros, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, respectivamente, respeitam a: (i) comissões com agentes, no montante de 701.090 Euros (1.422.475 Euros em 2009); e (ii) comissões suportadas com vendas através de multibanco e cartões de crédito, no montante 1.042.188 Euros (707.261 Euros em 2009).

Subsídios à Exploração

Os subsídios à exploração nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 têm a seguinte composição:

	2010	2009
Indemnizações compensatórias:		
Referentes ao exercício (Nota 11)	6.760.000	6.500.000
Regularizações	(629.864)	(357.061)
	<u>6.130.136</u>	<u>6.142.939</u>
Incentivo ATA (Nota 11)	519.800	650.000
Outros	587.164	-
	<u>7.237.100</u>	<u>6.792.939</u>

As indemnizações compensatórias referentes aos exercícios de 2010 e 2009, nos montantes de 6.760.000 Euros e 6.500.000 Euros, respectivamente, são atribuídas pelo Governo da República, e relativas aos voos regulares realizados nos exercícios de 2010 e 2009, respectivamente.

As regularizações de indemnizações compensatórias no exercício de 2010, no montante de 629.864 Euros, compreendem regularizações relativas ao exercício de 2008 e 2009, nos montantes de 162.547 Euros e 467.407 Euros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2010, o montante registado em “Outros” de 587.164 Euros, respeita, essencialmente, a protocolos celebrados entre a Empresa e a ANA, ATA e Turismo de Portugal.

20. Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é detalhada conforme se segue:

	2010	2009
Combustíveis e lubrificantes	47.403.600	38.722.616
Handling	15.132.350	14.635.574
Reservas de manutenção por horas de voo	14.566.138	13.575.169
Taxas aeroportuárias	12.043.156	11.434.466
Rendas e alugueres	11.610.301	10.557.209
Comissões	7.456.255	6.869.155
Outras taxas	6.655.241	5.500.811
Catering	5.741.685	5.340.587
Manutenção	3.960.872	4.555.505
Cedência de pessoal	1.561.297	1.689.768
Seguros	862.470	670.899
Outros	12.911.534	12.711.552
	<u>139.904.899</u>	<u>126.263.311</u>

A rubrica “Combustíveis e lubrificantes” inclui os ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivados de fixação do preço de combustível, os quais traduziram-se em perdas nos montantes de 149.250 Euros e 4.679.954 Euros, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, respectivamente.

A rubrica “Rendas e alugueres” inclui os valores referentes aos contratos de leasing operacional dos quatro Airbus A320 e um Airbus A310-304.

21. Gastos com o Pessoal

A rubrica “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e e 2009 é detalhada conforme se segue:

	2010	2009
Remunerações dos órgãos sociais	3.218	-
Remunerações do pessoal	23.095.794	21.083.704
Encargos sobre remunerações	4.459.732	4.057.927
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	181.476	177.887
Gastos de acção social	70.676	103.752
Outros	1.618.520	1.870.883
	<u>29.429.416</u>	<u>27.294.153</u>

A rubrica “Remunerações dos órgãos sociais” no exercício findo em 2010 refere-se ao pagamento de remunerações aos membros do Conselho Fiscal, sendo que não foram atribuídas remunerações aos outros órgãos sociais da Empresa, uma vez que os seus vencimentos são suportados pela totalidade na SATA Air Açores.

Durante os exercícios de 2010 e 2009, o número médio de empregados ao serviço da Empresa foi de 625 e 593 pessoas, respectivamente.

22. Outros Rendimentos e Ganhos

Os outros proveitos e ganhos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, têm a seguinte composição:

	2010	2009
Diferenças de câmbio favoráveis	5.124.999	4.821.849
Rendimentos suplementares	1.504.806	804.683
Venda de opções de moeda (USD)	57.131	3.685.263
Ganhos em inventários	1.057	-
Recuperação de dívidas a receber	56	-
Outros	11.058	519.052
	<u>6.699.107</u>	<u>9.830.847</u>

A rubrica “Rendimentos suplementares” compreende, essencialmente, a valores obtidos pela Amadeus, derivado da utilização do sistema de reservas desta entidade.

Em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica “Outros” no montante de 519.052 Euros respeita, essencialmente, à correcção da retenção da Segurança Social de pilotos realizada pela Empresa em exercícios anteriores, dado que Empresa estava a considerar um valor superior ao correcto. Assim, em 2009, a Segurança Social comunicou à Empresa que iria proceder à restituição do montante de, aproximadamente, 336.145 Euros, o que veio a ocorrer em 2010.

23. Outros Gastos e Perdas

Os outros gastos e perdas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, têm a seguinte composição:

	2010	2009
Diferenças de câmbio desfavoráveis	3.770.051	4.664.761
Impostos	50.436	8.614
Perdas em inventários	17.822	-
Venda de opções de moeda (USD)	-	147.076
Garantias bancárias	122.455	113.162
Outros	5.283	87.363
	<u>3.966.047</u>	<u>5.020.976</u>

24. Amortizações

A composição da rubrica “Gastos / reversões de depreciação e de amortização” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é conforme se segue:

	2010	2009
Activos fixos tangíveis (Nota 6)	5.694.307	6.536.449
Intangíveis (Nota 8)	112.426	30.824
	<u>5.806.733</u>	<u>6.567.273</u>

25. Juros e outros Rendimentos e Gastos similares

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 2010 e 2009 são detalhados conforme se segue:

	2010	2009
Juros suportados		
Financiamentos bancários	2.768	146
Locações financeiras	36.404	102.026
Operações de cobertura de taxa de juro variável	126.304	-
Outros gastos de financiamento	4.323	371
	<u>169.798</u>	<u>102.543</u>

Os juros reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 2010 e 2009 são detalhados conforme se segue:

	2010	2009
Juros obtidos:		
Depósitos em instituições de crédito	4.213	16.878
	<u>4.213</u>	<u>16.878</u>

26. Partes Relacionadas

Identificação de partes relacionadas

A Empresa é detida em 100% pela entidade SATA Air Açores, sendo as suas demonstrações financeiras consolidadas na entidade Sat SGPS

Remunerações do pessoal chave da gestão

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, ao pessoal chave de gestão da Empresa (Administração da Empresa) não foram atribuídas remunerações pela Empresa, uma

Transacções com partes relacionadas

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foram efectuadas as seguintes transacções com partes relacionadas:

	2010		2009	
	Fornecimentos e serviços externos	Prestações de serviços	Fornecimentos e serviços externos	Prestações de serviços
SATA Air Açores	7.685.373	2.210.158	7.740.453	1.629.564
SATA Gestão Aeródromos	-	88.428	-	86.784
SATA Express (EUA)	643.887	-	559.153	-
SATA Express(Canadá)	2.081.186	-	1.763.168	5.076.710
	<u>10.410.447</u>	<u>2.298.586</u>	<u>10.062.774</u>	<u>6.793.058</u>

Saldo com partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

	2010			2009		
	Outras contas a receber (Nota 11)	Accionista	Outras contas a pagar	Outras contas a receber (Nota 11)	Accionista	Outras contas a pagar
SATA SGPS	-	-	71.574	-	-	19.571
SATA Air Açores	98.087	12.064.264	-	-	21.543.967	-
SATA Gestão Aeródromos	1.954.739	-	-	212.229	-	-
SATA Express (EUA)	34.944	-	-	228.547	-	-
SATA Express(Canadá)	537.538	-	-	1.258.570	-	-
	<u>2.625.308</u>	<u>12.064.264</u>	<u>71.574</u>	<u>1.699.346</u>	<u>21.543.967</u>	<u>19.571</u>

Em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica do passivo “Accionistas” no montante total de 21.563.539 Euros, compreende o montante de 17.128.175 a pagar ao accionista único SATA Air Açores, o qual foi classificado no decurso do exercício de 2009 em médio e longo prazo, após ter sido acordado entre as duas entidades que tal valor não seria liquidado no curto prazo, tendo no decurso de 2010 tal montante sido convertido em prestações suplementares (Nota 14).

27. Contabilidade de Cobertura

Contabilidade de cobertura

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 existiam as seguintes operações de cobertura relativamente às quais a Empresa aplicava as regras de contabilidade de cobertura:

Cobertura de risco de taxa de juro de um instrumento de dívida mensurado ao custo amortizado

A Empresa encontra-se exposta ao risco de variabilidade da taxa de juro em resultado do contrato de locação financeira para a aquisição da aeronave A310 CS-TKN, no qual a Empresa paga Euribor a 1 mês, acrescida de spread de 0,2%.

Para fazer face ao risco indicado, a Empresa celebrou um contrato de Swap, o qual permite fixar em 3,05% até Maio de 2015 o custo do financiamento da sua dívida para o prazo da vida do contrato de permuta de taxa de juro, desde que o indexante não ultrapasse a barreira de 5,75%.

O instrumento derivado de cobertura atrás indicado, detido no âmbito de operações de cobertura de risco de taxa de juro variável, era, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, caracterizado da seguinte forma:

	Taxa fixa contatualizada		Valor nocional		Justo valor	
	2010	2009	2010	2009	2010 (Nota 16)	2009 (Nota 16)
Swaps:						
Taxa de juro	3,05%	3,05%	3.423.443	5.427.410	(242.171)	(398.974)
			<u>3.423.443</u>	<u>5.427.410</u>	<u>(242.171)</u>	<u>(398.974)</u>

Para além do instrumento financeiro derivado acima descrito, em 31 de Dezembro de 2009 a Empresa tinha contratado, por intermédio do accionista SATA Air Açores, instrumentos financeiros derivados relacionados com o risco de preço de mercadorias (jet fuel) (Nota 2), cujo justo valor aquela data ascendia ao valor líquido de 613.666 Euros, correspondente a um ganho e uma perda nos montantes de 685.035 Euros (Nota 11) e 71.368 Euros (Nota 14), respectivamente.

O movimento nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, na quantia registada em reservas relacionada com operações de cobertura de risco de taxa de juro variável, é detalhado conforme se segue:

	2010	2009
Saldo inicial	214.692	-
Valor contratado:		
Taxa de juro	-	(398.974)
Preço de mercadorias (jet fuel)	-	613.666
Reclassificação para resultados:		
Fornecimentos e serviços externos	(613.666)	-
Juros e gastos similares suportados	156.803	-
Saldo final (Nota 14)	<u>(242.171)</u>	<u>214.692</u>

28. Divulgações exigidas por diplomas legais

Honorários facturados pelo Revisor Oficial de Contas

Os honorários totais no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 pelo Revisor Oficial de Contas ascenderam a 14.600 Euros e 13.940 Euros, respectivamente, e respeitam na sua totalidade à revisão legal das contas anuais.

O Técnico Oficial de Contas

António Jorge Ferreira da Silva

O Conselho de Administração

António José Vasconcelos Franco Gomes de Menezes
(Presidente)

Luisa Maria Estrela Rego Miranda Schanderl
(Administradora)

Isabel Maria dos Santos Barata
(Administradora)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas do exercício findo em **31 de Dezembro de 2010** da **SATA Internacional – Serviços e Transportes Aéreos, S.A.** (“Empresa”), as quais compreendem o balanço (que evidencia um total de **57.474.037 Euros** e um total de capital próprio de **21.981.995 Euros** Euros, incluindo um resultado líquido negativo de **3.877.407 Euros**), as Demonstrações dos resultados por naturezas, das Alterações nos Capitais Próprios e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

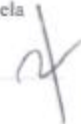
Responsabilidades

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, competindo-nos expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame.

Âmbito

4. Excepto quanto à limitação expressa no parágrafo 5, seguinte, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação.

11.000.000,00 €
 11.000.000,00 €
 11.000.000,00 €
 11.000.000,00 €



Este exame incluiu igualmente a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação contida no Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reserva

5. Conforme mencionado na Nota 3.12, a receita decorrente da venda de passagens aéreas é registada na rubrica de "Documentos pendentes de voo", no Passivo Corrente, e transferida para rendimentos do exercício quando da utilização dessas passagens aéreas em voos da Empresa ou para contas a pagar se o transporte for efectuado por outra companhia aérea. Em paralelo, de acordo com o explicitado na Nota 3.11, no âmbito do programa de fidelização de clientes "Clube SATA", a Empresa atribui aos clientes aderentes milhas em função dos voos efectuados, que podem ser utilizadas na realização de voos em condições preferenciais, sendo relevada uma provisão, no Passivo Não Corrente, para cobrir a responsabilidade futura inerente à disponibilização dessas condições. Por não termos, até à presente data, obtido elementos suficientes para fundamentar a razoabilidade dos saldos relevados em 31 de Dezembro de 2010 nas rubricas de "Documentos pendentes de voo", num montante de 1.479.043 Euros, de saldos relevados em "Outras contas a pagar", num montante global de 461.175 Euros, referente a taxas conexas a liquidar incluídas no valor de venda das passagens aéreas e da Provisão relativa ao programa de fidelização "Clube SATA", no montante de 148.921 Euros, não nos foi possível formar opinião sobre a correcção dos mesmos ou validar a adequada especialização dos rendimentos entre os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2010.

Opinião

6. Excepto quanto aos efeitos que poderiam advir caso não existisse a limitação referida no parágrafo 5, anterior, em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **SATA Internacional – Serviços e Transportes Aéreos, S.A.** em 31 de Dezembro de 2010, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relator sobre outros requisitos legais

7. É igualmente nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ênfases

8. Sem afectar as opiniões expressas nos parágrafos 6 e 7, acima, chamamos a atenção para as seguintes situações:
- 8.1. A rubrica de “Outras contas a receber”, no Activo Corrente, incluía em 31 de Dezembro de 2010 um montante global de 18.867.192 Euros (Nota 11), respeitante a compensações financeiras reclamadas ou estimadas decorrentes de serviços públicos prestados em 2009 e 2010 (6.838.385 Euros respeitam ao exercício de 2009), que estão sujeitas a validação e aprovação por parte da Inspeção Geral de Finanças e Governo da República. Subsequentemente a 31 de Dezembro de 2010 foi recebido um montante de 8.891.538 Euros.
- 8.2. A rubrica de “Activos por impostos diferidos” inclui, em 31 de Dezembro de 2010, um montante de 3.244.570 Euros respeitante a prejuízos fiscais gerados nos exercícios de 2009 e 2008 cuja realização se suporta em projecções de lucros futuros realizadas pela Empresa, pressupondo a concretização de um plano de redução de custos, actualmente em curso e outras iniciativas incluídas no plano de negócios apresentado para o período 2011-2015.



8.3. Conforme divulgado na Nota 2, a Empresa adoptou, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010, o Sistema de Normalização Contabilística, incluindo a correspondente estrutura conceptual, modelos de demonstrações financeiras e normas contabilísticas e de relato financeiro ("NCRF"). No processo de transição das normas contabilísticas anteriormente adoptadas em Portugal, consubstanciadas no Plano Oficial de Contabilidade ("POC"), para as NCRF, a Empresa seguiu os requisitos previstos na NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, tendo a data de transição sido reportada a 1 de Janeiro de 2009. Consequentemente, a informação financeira de 2009, anteriormente apresentada de acordo com o POC, foi, para efeitos de comparabilidade, reexpressa de acordo com as NCRF. As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2009 foram examinadas por outros auditores e revisores tendo o nosso exame efectuado o seguimento dos pontos relevados nos respectivos pareceres.

Lisboa, 26 de Março de 2011



A. JACINTO & PEREIRA DA SILVA, SROC, LDA.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por Albino Rodrigues Jacinto (ROC n.º 527)

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Deloitte

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Edifício Atrium Saldanha
Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º
1050-094 Lisboa
Portugal

Tel: +(351) 210 427 500
Fax: +(351) 210 427 950
www.deloitte.pt

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Sata Internacional – Serviços e Transportes Aéreos, S.A. (“Empresa”), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010, que evidencia um total de 57.474.037 Euros e capitais próprios de 21.981.995 Euros, incluindo um resultado líquido negativo do exercício de 3.877.407 Euros, as Demonstrações dos Resultados por Naturezas, das Alterações nos Capitais Próprios e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo 4 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reserva

4. Conforme referido na Nota 3.12, o valor de venda do transporte de passageiros é, no momento da venda, registado como um passivo na rubrica de “Documentos pendentes de voo”. Quando o transporte é efectuado, o valor de venda é transferido da rubrica de “Documentos pendentes de voo” para receitas do exercício, se prestado pela Empresa, ou transferido para uma conta a pagar caso o transporte seja efectuado por outra companhia aérea. Adicionalmente, conforme referido na Nota 3.11, a Empresa possui um programa de fidelização de clientes, no qual estes adquirem condições preferenciais mediante a atribuição de milhas por voos realizados, sendo registado um passivo correspondente à responsabilidade a incorrer com a facilitação de tais condições em voos futuros. Contudo, até à presente data não obtivemos informações suficientes que nos permitissem concluir quanto à razoabilidade dos saldos em 31 de Dezembro de 2010 da rubrica “Documentos pendentes de voo”, no montante de 1.479.043 Euros referente a receita vendida e não voada, do saldo de 461.175 Euros registado em “Outros contas a pagar” referente a taxas a pagar incluídas no valor de venda dos bilhetes, do saldo do passivo relativo ao programa de fidelização no montante de 148.921 Euros e acerca da especialização da receita entre exercícios à data de 31 de Dezembro de 2010 e 2009.

A expressão Deloitte refere-se à Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membros, sendo cada uma delas uma entidade legal separada e independente. Para aceder à descrição detalhada da estrutura legal da Deloitte Touche Tohmatsu e suas firmas membros consulte www.deloitte.com/about.

Tipo: Sociedade em Lisboa a forma comercial | Capital Social: 500.000,00 Euros | Matriculada C.R.C. de Lisboa e N.º IC: 501 776 311
Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa | Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso 61 - 13º, 4150-146 Porto
Member of Deloitte Touche Tohmatsu

Opinião

5. Em nossa opinião, excepto quanto ao efeito dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 4 acima, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Sata Internacional – Serviços e Transportes Aéreos, S.A. em 31 de Dezembro de 2010, bem como o resultado das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (ver parágrafo 8 abaixo).

Ênfases

6. O balanço em 31 de Dezembro de 2010, inclui na rubrica de "Outras contas a receber" contas a receber do Estado no montante de 18.867.192 Euros (Nota 11), referentes a compensações financeiras atribuídas como contrapartida das obrigações de serviço público, das quais 6.838.385 Euros referem-se ao exercício de 2009. Estas compensações financeiras estão sujeitas a verificação e aferição pela Inspeção Geral de Finanças e aprovação pelo Governo. Após 31 de Dezembro de 2010 e até à presente data, foi pago à Empresa o montante de 8.891.538 Euros.
7. Em 31 de Dezembro de 2010, a Empresa tem registado na rubrica "Activos por impostos diferidos" o montante de 3.244.570 Euros, decorrentes de prejuizos fiscais gerados nos exercícos de 2009 e 2008. A realização daquele montante, suportada em projecções elaboradas pela Empresa, pressupõe o sucesso da implementação de um plano de redução de custos o qual se encontra em curso.
8. Conforme divulgado na Nota 2 do Anexo às demonstrações financeiras, a Empresa adoptou, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010, o Sistema de Normalização Contabilística, incluindo a correspondente estrutura conceptual, modelos de demonstrações financeiras e normas contabilísticas e de relato financeiro ("NCRF"). No processo de transição das normas contabilísticas anteriormente adoptadas em Portugal, consubstanciadas no Plano Oficial de Contabilidade ("POC"), para as NCRF, a Empresa seguiu os requisitos previstos na NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, tendo a data de transição sido reportada a 1 de Janeiro de 2009. Consequentemente, a informação financeira de 2009, anteriormente apresentada de acordo com o POC, foi, para efeitos de comparabilidade, reexpressa de acordo com as NCRF (Nota 2). As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2009, preparadas de acordo com o POC, foram por nós examinadas e o nosso Relatório de Auditoria, datado de 12 de Março de 2010, inclui duas qualificações das quais: (i) uma reserva por limitação de âmbito relacionada com o assunto mencionado no parágrafo 4 acima; e (ii) uma reserva por limitação de âmbito não aplicável às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010.

Lisboa, 22 de Março de 2011



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Carlos Alves Caetano

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO



Campo Grande, 38 - 12º C.
 1700 - 043 Lisboa
 Telefone: +351 217 827 510
 Fax: +351 217 827 511

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas,

Em conformidade com as disposições legais aplicáveis, vimos submeter à vossa apreciação o nosso relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e dar o nosso parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pela Administração da **SATA Internacional – Serviços e Transportes Aéreos, S.A.** em referência ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

Após a nossa nomeação e ao longo do exercício, acompanhámos regularmente a actividade da Empresa, verificando, com a extensão considerada aconselhável, os valores patrimoniais, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte.

A Administração e os Serviços prestaram-nos com prontidão os esclarecimentos e informações de que necessitámos.

O Relatório de Gestão explana, de uma forma sucinta, a evolução dos negócios sociais durante o exercício e as perspectivas futuras.

Consideramos que o Balanço, as Demonstrações dos Resultados por Naturezas, das Alterações nos Capitais Próprios e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 e o correspondente Anexo satisfazem os preceitos legais e estatutários, reflectem a posição dos registos contabilísticos no fecho do exercício e apresentam correctamente a situação financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício, ressalvando-se contudo a reserva expressa na Certificação Legal das Contas.

Os critérios valorimétricos adoptados na preparação das contas são os constantes do Anexo às demonstrações financeiras.

Foram cumpridas as formalidades legais e do contrato de sociedade sobre a prestação de contas e fiscalização da sociedade.



1

Face ao que antecede somos de parecer que:

- a) Aproveis o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras referentes ao ano findo em 31 de Dezembro de 2010, ressalvando-se contudo a reserva expressa na Certificação Legal das Contas;
- b) Aproveis a proposta da Administração sobre a aplicação dos resultados do exercício.

Lisboa, 26 de Março de 2011

O Fiscal Único



A. JACINTO & PEREIRA DA SILVA, SROC, LDA.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por Albino Rodrigues Jacinto (ROC n.º 527)